

# Debate Sindical

Nº 11 — MAIO/JUNHO/JULHO — 1992 — Cr\$ 6.000,00

CUT  
REGIONAL-S.PAULO

FORA  
COLLOR  
TÁ!

VIVA O SOCIALISMO CUT  
CUT REGIONAL GRANDE S. PAULO

## A RECESSÃO E OS TRABALHADORES

As causas, os efeitos  
e as respostas do movimento sindical

Correntes debatem  
futuro da CUT



# Debate Sindical

## EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação do Centro de Estudos Sindicais (CES). CGC nº 54.609.953/0001-80

### Colaboraram nesta edição:

Umberto Martins  
 Juarez Tadeu  
 João Batista Lemos  
 Bernardo Joffily  
 Renildo de Souza  
 Durval de Carvalho  
 José Maria de Almeida  
 Nivaldo Santana  
 José Carlos Ruy  
 Elias Ferreira  
 Dennis de Oliveira  
 Altamiro Borges

### Revisão

Flávio Vilar

### Projeto Gráfico

Arnaldo Tateishi

### Foto de capa

Jailton Garcia

### Ilustrações e fotos:

Arquivo do jornal "A Classe Operária" e Jesus Carlos/Agência Imagenlatina

### Editoração Eletrônica

Écran Arte - fone: 825-7442

### Fotolito

Ajato Reproduções e Artes Gráficas Ltda.  
 Fone: 279-7274

### Tiragem da edição

4.000 exemplares

### Jornalista responsável

Altamiro Borges

### Observação

Os artigos publicados não refletem obrigatoriamente a opinião da diretoria do CES.

# ÍNDICE

- 3** Apresentação
- 
- 4** As causas do agravamento da crise mundial do capitalismo
- 
- 11** Os efeitos do projeto neoliberal na América Latina
- 
- 17** O "acordo de São Bernardo" e os dilemas do sindicalismo
- 
- 21** Uma proposta revolucionária para enfrentar a recessão
- 
- 26** Correntes cutistas debatem: Para onde caminha a central?
- 
- 33** Os desafios da Corrente Sindical Classistas da CUT
- 
- 36** Ação da Igreja na era da Teologia da Libertação
-

## Companheiro(a) sindicalista

**N**uma conjuntura marcada pela recessão, os trabalhadores de todo o país comemoraram o seu Dia Internacional, no 1º de Maio. Nas manifestações de rua, exigiram o fim do arrocho salarial, do desemprego, da entrega das riquezas nacionais e da miséria e condenaram a política econômica neoliberal do governo federal. Na maioria delas, o grito de "Fora Collor", que gera polêmicas entre os sindicalistas, foi ouvido. Trabalhadores da ativa, aposentados, mulheres, negros, estudantes e outros segmentos sociais criticaram o atual quadro de agravamento das condições de vida.

As manifestações do 1º de Maio refletiram as dificuldades que atravessa o movimento sindical brasileiro. A grave e prolongada crise econômica, que vitima milhões de assalariados (só em São Paulo mais de 80 mil operários industriais foram demitidos nos primeiros quatro meses do ano), atemoriza os trabalhadores, joga-os na defensiva e gera uma certa apatia. Além disso, o movimento sindical, em particular a CUT, não consegue unificar as lutas (que continuam atomizadas), encontra-se limitado pelas divergências internas e atravessa um período de crise de identidade.

Enquanto isso ocorre, o governo Collor continua a implementar sua política neoliberal, seguindo o receituário dos monopólios internacionais. Empresas estatais, que são um patrimônio do povo e operam em setores estratégicos da economia nacional, são vendidas por "dinheiro podre". Investimentos em obras e serviços públicos são reduzidos drasticamente. O arrocho é acentuado, com a aprovação no Congresso de um salário mínimo aviltante - o menor da história do país e um dos mais baixos do mundo. A política recessiva é mantida. A inflação não diminui ...

O latente descontentamento popular, expresso em inúmeras pesquisas, não é canalizado para formas de luta mais globais contra o governo federal. Diante desse quadro, o movimento sindical tem grandes responsabilidades. Não pode ficar amarrado em negociações de cúpula, gastando a maior parte do seu tempo em fóruns antirecessivos que pouco contribuem. Não pode ficar mais imobilizado em decorrência de disputas internas, muitas vezes artificialmente agudizadas. Precisa encontrar bandeiras que unifiquem sua ação. Necessita ir às ruas, às portas das empresas, com o objetivo de intensificar a luta dos trabalhadores. Do contrário, a crise se perpetuará e, junto com ela, aumentarão as dificuldades do movimento sindical.

# Crise econômica indica esgotamento do modo de produção capitalista

Umberto Martins\*

**O sistema capitalista atravessa uma grave e prolongada crise econômica, que se manifesta inclusive nos principais países imperialistas. A recessão é um dos sintomas dessa enfermidade, que parece se encontrar em fase terminal. Mas quais as causas dessa crise? Por que os governos insistem em aplicar medidas visivelmente recessivas, que levam à destruição das forças produtivas? O artigo a seguir procura dar algumas explicações sobre esses fenômenos, que tanto afligem os trabalhadores.**

O sistema capitalista mundial, o imperialismo, vive no momento uma notável contradição. Por um lado, ainda desfruta os efeitos psicológicos de sua mais recente vitória, expressa na consumação da transição ao capitalismo (do ponto de vista político) na ex-URSS e no Leste Europeu. Por outro, vem sendo dilacerado por crises cada vez mais agudas, que atingem países ricos e pobres.

O primeiro fator cria a forte impressão de que a história da luta de classes moderna finalmente foi concluída com a vitória definitiva do capitalismo sobre o socialismo, aparência que a

mídia burguesa cuida de transformar em dogma do senso comum. Estamos convidados a depor armas e procurar uma convivência pacífica entre trabalho e capital. Este clima seduz, como se pode ver pela direção do PT, que se apressa em imprimir àquele partido uma orientação abertamente social-democrata.

O segundo fator, em contrapartida, traduz o esgotamento do modo de produção capitalista e enseja espontaneamente a necessidade de sua substituição, necessidade que tem caráter objetivo e tende a abrir caminho a curto prazo histórico. Isto pode parecer genérico e ilusório,

mas talvez se torne evidente com a análise da crise, ou melhor das crises e desequilíbrios ostentados hoje pelo imperialismo.

**Iniciada na Inglaterra e nos EUA, crise se manifesta numa recessão prolongada**

Atualmente os principais países imperialistas vivem uma fase de crise cíclica. Iniciada na Inglaterra e nos EUA em meados de 1990, ela se manifesta nesses dois países na forma de uma recessão relativamente prolongada, que já dura mais de vinte meses e tem efeitos sociais dramáticos.

O desemprego atinge mais de 9 milhões de trabalhadores nos EUA e condena à ociosidade cerca de 10% da População Economicamente Ativa da Inglaterra. Não obstante seja consagrado como critério e medida de eficiência pelos burgueses mais cínicos, constitui um formidável desperdício de forças produtivas e inegável sintoma de parasitismo. Observam-se grandes reduções de pessoal na indústria, como a patrocinada pela GM, que de um só lance demitiu 70 mil.

O Japão, embora com uma economia estruturalmente mais saudável em comparação com EUA e CEE, também está ingressando na recessão, tendo registrado uma queda de 4% na produção industrial durante os primeiros meses deste ano. A Alemanha caminha no mesmo sentido, tendo sua crise agravada pelos altos custos da anexação da ex-Alemanha Oriental (mais de 6% do PNB germânico estão sendo consumidos na reorganização capitalista do leste). França e outros países europeus igualmente não vivem seus melhores dias.

Entretanto, a atual recessão é apenas um aspecto das enormes dificuldades econômicas do sistema capitalista mundial. Em que pese suas particularidades (especialmente sua duração), é um fenômeno até certo ponto natural, intrínseco ao movimento cíclico de reprodução do capital em escala social e que há muitas gerações acompanha a história do sistema. Por si só, esta fase crítica não pode ser interpretada como o sinal de que o imperialismo se encontra numa encruzilhada, como alguns, por precipitação, alardeiam.



Miséria estampada nos rostos

**Queda das taxas de lucro coloca em xeque os próprios alicerces do atual sistema**

Verifica-se também a existência de uma crise de caráter mais geral do sistema, que coloca em xeque os próprios alicerces da atual ordem imperialista. Ela deriva do amadurecimento das consequências de leis econômicas que atuam e maturam a médio ou longo prazo. E seus efeitos, hoje, estão entrelaçados com os da recessão.

Um dos aspectos mais notáveis desta crise, que parece decorrer da combinação de quedas nas taxas de lucro com o crescente parasitismo econômico, é o progressivo declínio dos índices médios anuais de crescimento econômico, observável nos países capitalistas desde o pós-guerra. Nos "países industrializados", conforme a definição do Banco Mundial, a taxa de crescimento anual do PIB real *per capita* foi de 3,6% para o período 1965-73, tendo declinado para 2,1% entre 1973-80 e 1,9% de 1980 a 1989.

Devido a este fator o imperialismo deixou para trás a fase de relativa prosperidade econômica das décadas de 50 e 60, passando a percorrer, já a partir dos anos 70, uma trajetória de decadência. A gradativa redução do crescimento revela o movimento de uma tendência à es-



**A desagregação das condições de vida é o principal indicador da crise**

tagnação, que tem se afirmado a cada novo ciclo e aos poucos debilita as estruturas produtivas do capitalismo.

É a esta crise que se deve atribuir alguns dos principais indicadores da degradação das condições de vida que, talvez com a exceção do Japão, se verifica em todas as potências capitalistas: elevação do nível de desemprego, da criminalidade, achatamento dos salários, entre outros.

Cabe notar que a tendência à estagnação se afirma com intensidade distinta entre os países imperialistas, entre esses e as nações dependentes e, finalmente, entre essas últimas (como pode ser constatado através das diferentes taxas de crescimento entre países da América Latina e Ásia). Tal fenômeno, uma expressão daquilo que Lênin conceituou como lei do desenvolvimento desigual entre as nações no imperialismo, determina não somente apreciáveis perturbações econômicas no interior do sistema como sobretudo um desequilíbrio geopolítico que é insustentável a médio prazo.

O desenvolvimento desigual tem o mérito de provocar a decomposição dos impérios mais maduros e, a exemplo do que ocorreu no passado com a Inglaterra, atualmente ele ocorre em detrimento sobretudo dos EUA. E beneficia principalmente o Japão, que se transformou na maior potência financeira do mundo no curso da década de 80. Naturalmente isto vem corroendo as bases da ordem imperialista implantada no pós-guerra, cuja razão de ser era a hegemonia econômica e política dos EUA no mundo capitalista.

A necessidade de um reordenamento (inclusive institucional) da ordem imperialista já se transformou em uma exigência objetiva da realidade. Espontaneamente a mudança tende para uma nova forma de equilíbrio entre as potências, algo que seja uma expressão mais fiel dos poderes econômicos relativos, alterados pelo desenvolvimento desigual nas últimas décadas. Japão e Alemanha, por exemplo, pleiteiam (com justiça se a medida for o poder financeiro) assento no Conselho de Segurança da ONU.

### **Amadurecem as condições para violentos confrontos entre países imperialistas**

De alguma forma uma transição neste sentido já está em marcha. E é certo que o jogo diplomático entre as potências ajusta-se a esse movimento, embora isto nem sempre pareça perceptível na superfície dos fatos e venha sendo mascarado pelos ideólogos burgueses.

Mas a história, malgrado as condições, não deixa de ser também obra dos homens. Seria surpreendente se a burguesia norte-americana admitisse uma adaptação pacífica ao curso objetivo da transição, abrindo mão da hegemonia política sobre a ordem imperialista. Pelo contrário, quanto maior a decadência maior sua ambição.

O colapso da ex-URSS e o fim da bipolaridade que caracterizou a diplomacia do pós guerra até há pouco fez com que, momentanea-

mente, os EUA desfrutam a condição de única superpotência do planeta, devido à capacidade militar. Isto inspirou nos governantes ianques o objetivo estratégico de criar uma "nova ordem" à sua imagem e semelhança, alargando sua hegemonia sobre o mundo, em contradição com a tendência da transição que espontaneamente se afirma em consequência do desenvolvimento desigual. Daí surge um desequilíbrio no interior da ordem imperialista mundial análogo ao que se manifestou desde o início do século com o Império britânico e é apontado por historiadores como a causa básica das duas guerras mundiais. Novamente estão amadurecendo condições para violentos confrontos interimperialistas.

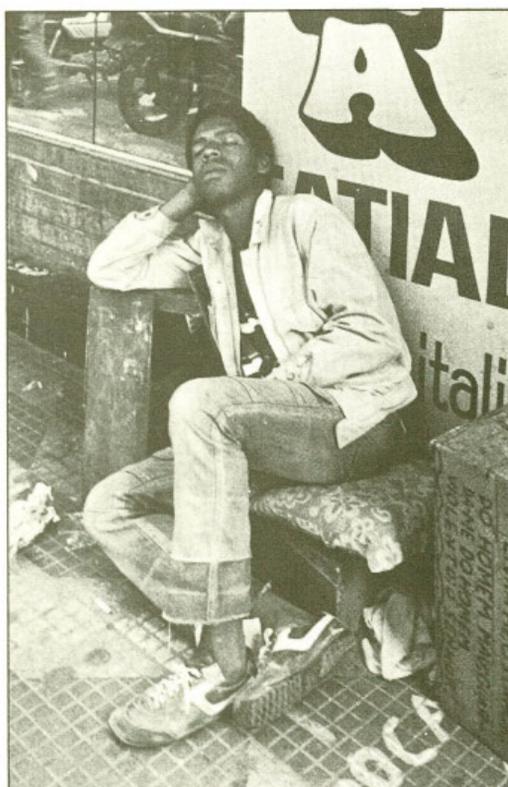
**Nações dependentes acabam transferindo riquezas para os centros financeiros**

A crise também tem se desdobrado em perturbações econômicas de grande relevância nas nações economicamente mais frágeis e dependentes.

A depreciação acelerada das taxas de investimento e crescimento econômico nos EUA vem ocasionando sérias distorções na economia mundial. A acumulação de capital pelos monopólios norte-americanos não tem alcançado um nível suficiente para fazer frente às necessidades de investimento dos setores públicos e privados naquele país.

O financiamento do déficit entre acumulação e investimento com recursos extraídos no exterior acarretou uma drástica mudança no fluxo internacional de capitais, pois até agora tem sido viabilizado basicamente através de duas fontes: a importação de capitais, disponíveis principalmente no Japão e Alemanha (até a anexação da Alemanha Oriental) e o aumento da remessa de lucros das multinacionais e bancos americanos (juros) instalados no exterior.

Isto resultou numa relativa escassez de capitais no mercado mundial face às necessidades do chamado Terceiro Mundo. E ao mesmo tempo exigiu que se operasse uma expressiva transferência de riquezas das nações dependentes para os centros do capital financeiro mundial, sendo que tais recursos, pelos menos na década de 80, quase sempre foram reciclados



**O desemprego atinge cifras assustadoras**

para atender à demanda de investimentos (produtivos ou não) da sociedade norte-americana. Esse parasitismo ianque foi a causa básica da crise do endividamento externo e da estagnação econômica dos anos 80 (mercidamente interpretados como a **década perdida**) naqueles países mais dependentes dos EUA (na América Latina e África. Significativamente os países da Ásia desfrutaram no mesmo período uma fase de relativa prosperidade, se tomamos por base a mediocridade geral. Muito mais do que pelas particularidades étnicas dos asiáticos, o "milagre" é explicável — em certa medida mesmo na China e Coreia do Norte — pelos investimentos do Japão, interessado em expandir sua influência econômica e política sobre a região).

Esse processo de mudança no fluxo de capital dentro do mercado mundial e a transferência de recursos dos países pobres para os ricos foi monitorado pelo FMI, Banco Mundial e outras instituições provenientes direta ou indiretamente do acordo de Bretton Woods (que em 1944 estabeleceu o arcabouço da atual ordem mundial). Não é difícil enxergar que esses órgãos obedecem, em primeiro lugar, ao comando exercido pelo governo e monopólios dos EUA.

Não cabe analisar aqui o peso e o papel das políticas econômicas governamentais na determinação da crise econômica, em contraposição aos fatores espontâneos, que derivam diretamente do processo produtivo e teoricamente independem da intervenção estatal. Porém, é bom ressaltar, de passagem, que as políticas econômicas adotadas em nações dependentes durante os últimos anos, sob a orientação e supervisão do FMI, constituem um fator relevante da estagnação, que afetou quase todos os ramos da economia.

Sob o pretexto de "ajuste estrutural da economia", os planos impostos pelo FMI têm garantido sobretudo a espoliação imperialista dos países mais pobres. As metas de superávits da balança comercial, assim como os acordos de pagamentos dos juros estabelecidos pelos credores, estão obviamente ligados à finalidade de viabilizar a transferência de recursos para os centros financeiros do sistema.

Como tal transferência é sobretudo uma remessa de lucros (e juros) para o exterior, sua contrapartida tem sido uma redução formidável da poupança e dos investimentos internos nas nações endividadas. Por seu turno, este efeito se desdobra na estagnação econômica.

### **Pagamento da dívida externa provoca rombo na poupança e declínio econômico no Brasil**

O Brasil é um exemplo bem expressivo do fenômeno. Nos anos 80, o ajuste estabelecido para o pagamento da dívida (consagrado em cerca de uma dezena de acordos e cartas de intenção estabelecidos com o FMI, a partir de 1982), provocou um rombo estimado entre 30 a 40% da poupança nacional. Em consequência, a taxa de investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo, conforme a definição do IBGE) declinou de uma média superior a 20% do PIB durante a década de 70 para algo em torno de 15/16% atualmente.

O país passou a sofrer consideráveis perturbações econômicas. O período de prosperidade econômica que havia sido garantido apesar do modelo de desenvolvimento dependente (com uma taxa média de crescimento anual de 7% desde o pós-guerra) parece ter chegado ao fim,

cedendo lugar a uma fase de virtual estagnação. O PNB *per capita* recuou de uma base 100 em 1980 para 93,3 em 1990, segundo as estatísticas do IBGE. Isto significou uma expressiva redução do produto disponível para investimentos e consumo.

Por isto, também a atual crise da economia brasileira não é apenas uma decorrência da superprodução relativa ou um momento difícil no movimento de reprodução cíclica do sistema. Pesou mais na determinação desta crise a redução dos investimentos internos, que não foram ainda recompostos, malgrado o brutal aumento do grau de exploração. E isto, por sua vez, é consequência da subordinação da nossa economia (capitalista dependente) aos humores da reprodução do capital a nível do imperialismo. Para ser mais preciso, o decréscimo dos investimentos obviamente decorre da transferência de uma parcela substancial da poupança nacional para o exterior e, neste caso, não da superprodução.

A redução do produto disponível, como efeito da remessa de uma parte para o exterior e da estagnação, não afetou de forma igualitária todos os agentes econômicos. Porém, resultou no acirramento da luta entre as classes em torno da distribuição da renda (diminuída), que alguns economistas preferem denominar "conflito distributivo". O descontrole da inflação brasileira desde o início da década passada foi um desdobramento desta contradição que o pagamento da dívida externa radicalizou. A intensificação do movimento grevista no período, ainda que tenha sido viabilizada pela democratização do país e reorganização do movimento sindical, foi sobretudo uma expressão da luta dos trabalhadores para manter a parte que lhes cabia na renda nacional, o que, entretanto, não ocorreu. As perdas salariais acumuladas desde então superam, em média, a casa dos 50%.

### **Os planos de ajuste visam a consolidação do arrocho e a entrega do país**

A burguesia procura recompor seus lucros e assegurar um novo patamar de acumulação, de forma a satisfazer tanto suas próprias metas de investimento quanto as exigências de remessas



Diante do arrocho e do desemprego, a greve é uma arma dos trabalhadores

para o exterior. Os planos de ajuste econômico (do tipo Collor I e Collor II) têm visado, basicamente, a consolidação do arrocho, objetivo que fica explícito na proibição de reposição das perdas salariais classificadas como "históricas" e que até agora tem colidido com a resistência do movimento sindical. O crescimento da participação dos lucros na renda nacional durante os últimos anos, contudo, não livrou o país da recessão, evidenciando a dimensão da sangria imposta pelo imperialismo.

A crise tem ainda outros efeitos relevantes para os trabalhadores. É sabido que o endividamento externo concentrou-se no Estado e houve mesmo uma generosa privatização dos débitos no final da década de 70 e início da seguinte. Para efetuar o pagamento, o governo federal incorreu num pesado endividamento interno, cujo serviço levou à virtual falência da administração pública e ao sucateamento das empresas estatais, com cortes de despesas e dos investimentos.

Este processo, combinado com as deficiências reais do aparelho burocrático, reforçou a imagem do estado ineficiente e perdulário (caricaturado como um Estado-elefante pelo marketing neoliberal), caindo sob medida nos propósitos do imperialismo.

A estratégia das potências para enfrentar a crise da dívida externa, detalhada nos programas ditados pelo FMI e credores, não contém somente a finalidade de garantir o pagamento dos juros. Visa também uma reestruturação do domínio imperialista sobre os países dependentes, com a conversão dos títulos da dívida (papéis a cada dia mais pobres) em estatais (via privatização), "abertura" de mercado (ou, quando lhes interessa, a reserva, como ocorre no caso do cartel automobilístico em nosso país) e medidas do gênero.

Tal reestruturação, traduzida nos planos neoliberais de ajuste econômico, vem sendo implementada no Brasil principalmente a partir do governo Collor. Representa, antes de mais nada, o aprofundamento da dependência externa do país, sob o pretexto de que se busca uma nova forma de inserção na ordem econômica internacional. As exigências, aliás, chegam a tal ponto que na verdade só podem ser satisfeitas com a renúncia a quaisquer veleidades de soberania nacional. Os EUA querem impor inclusive a liquidação das Forças Armadas nas nações dependentes, substituindo-as por uma polícia internacional que, sob a bandeira da ONU, na realidade seria colocada a serviço dos interesses ianques. A formação de blocos eco-

nômicos regionais (dentro da "Iniciativa para as Américas", de Bush) igualmente vem ocorrendo sob a égide dos interesses imperialistas, que contemplan ainda a imposição de uma nova divisão internacional do trabalho, aprofundando as diferenças de produtividade entre as nações e transformando países pobres em unidades de produção operária enquanto nas metrópoles do sistema ficariam concentrada a produção e inovações científicas e tecnológicas.

**A política neoliberal não é compatível com a estabilidade democrática**

As elites dominantes brasileiras esbanjam hipocrisia quando alegam que a crise deriva do esgotamento de um padrão de desenvolvimento sustentado nos investimentos estatais e no "baixo grau de exposição do país à economia internacional". As razões das atuais dificuldades encontram-se, pelo contrário, justamente na dependência externa, na subordinação da produção aos interesses dos monopólios externos.

O remédio neoliberal tem a mesma composição do veneno que conduziu o doente à UTI. A internacionalização, na forma em que vem

sendo implementada pelo governo Collor, sequer oferece a perspectiva de um alívio a curto prazo (em que pese a aparente reanimação dos investimentos externos nos últimos dois anos). Em compensação, sacrifica até mesmo a possibilidade de prosperidade econômica e desenvolvimento independente do Brasil a médio e longo prazo. O servilismo do governo e das classes dominantes brasileiras coloca em questão o destino da nação e afeta de uma forma especialmente negativa os assalariados.

A crise não poderia deixar de ter reflexos no campo político. A política neoliberal está se revelando incompatível com a estabilidade democrática. A crise de poder nos países da América Latina deixou de ser uma possibilidade e está se transformando em realidade. Esta é a lição que se deve tirar dos recentes acontecimentos no Peru e na Venezuela, para não falar da palhaçada promovida há alguns dias por Collor sob a máscara de reforma ministerial. É o que se pode ler no discurso dos próprios fatos.

A necessidade de uma alternativa popular para a crise é objetiva e reclama uma solução urgente. O movimento sindical (assim como os partidos e organizações de esquerda) tem grande responsabilidade na organização desta alternativa e talvez seja fundamental começar abraçando com maior decisão a palavra-de-ordem **Fora Collor** e lutar para realizar tal objetivo.

\* Assessor de imprensa do Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo



Projeto neoliberal coloca em risco a própria estabilidade democrática



Manifestação dos trabalhadores mexicanos contra a recessão

## Neoliberalismo aumenta os desajustes sociais na América Latina

Juarez Tadeu\*

As experiências neoliberais da Argentina, Venezuela e México impulsionaram o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), promoveram uma ampla privatização e reduziram as taxas de inflação a níveis civilizados. Mas, na outra ponta do processo, aumentaram geometricamente os desajustes sociais — desemprego, violência, queda do poder de compra dos salários, epidemias, etc. Este quadro social projeta sobre estes países uma pálida caricatura dos modelos asiáticos: a de "Três Tristes Tigres Latinos."

A última safra de eleições presidenciais na América Latina consolidou o projeto de reajuste econômico-social de perfil neoliberal. O fenômeno generalizou-se em todo o continente, como parte do processo de realinhamento da "nova ordem mundial." Na Argentina, Venezuela e México o projeto assumiu características acentuadas: redução da participação do Estado na vida econômica do país, desregulamentação e internacionalização da economia, privatização de empresas estatais e "privatização" dos direitos de cidadania. Resultado: marginalização do acesso ao bem-estar social da maioria da população.

A adoção do modelo é acompanhada com rigor pelos organismos internacionais, fiadores do projeto. Os primeiros resultados registram crescimento do Produto Interno bruto (PIB), redução das taxas de inflação, ingresso de capitais provenientes de privatizações, numa ponta. Na outra, desaceleração dos investimentos sociais, redução da capacidade do Estado de influir na política industrial, alienação do parque industrial e intensificação de seu sucateamento, desemprego, redução do poder de compra dos salários, desarticulação do movimento sindical e desabamento dos indicadores sociais. O fenômeno já havia sido diagnosticado.

**Países monitorados pelo FMI reduziram os gastos em saúde e habitação**

No ano passado, o Projeto de Avaliação do Fundo Monetário Internacional (IMF Assessment Project) divulgou estudo com os seguintes resultados: países periféricos que adotaram programas do FMI cresceram. Mas, aprofundaram os desajustes sociais. Organizado por economistas da iniciativa privada norte-americana, o relatório mostra que em 48 programas — entre 1986 e 1990 — 92% dos países reduziram seus gastos em programas de habitação, saúde ou subsídios à agricultura. Mais: 62% realizaram cortes em duas dessas áreas. 29% fizeram cortes gerais de 20% nos investimentos sociais. Em dois anos, o estudo apurou redução de 11,1% para 10,2% do PIB nos recursos destinados aos programas sociais. Pior: registrou in-

tensa concentração de renda. Argentina, Venezuela e México vivem esta situação singular: o aumento do PIB está em desacordo com as condições de vida da população. Caricatura assimétrica da experiência asiática que lhes confere a imagem de "Três Tristes Tigres Latinos."

Argentina, Venezuela e México estão entre os maiores devedores do mundo. A crise do pagamento da dívida — início dos anos 80 — aumentou as áreas de atritos entre devedores e credores. Para retomarem os contatos com o mercado internacional, os governos destes países iniciaram uma calculada política de aproximação dos países centrais. Em especial, com os Estados Unidos da América, dono da fatia americana na partilha do mundo.

O México intensificou as negociações a fim de articular a área de livre comércio da América — Nafta — com Estados Unidos e Canadá. O governo mexicano passou a ter a assessoria do Banco Mundial (Bird) para implementar as reformas econômicas, renegociar a dívida externa — em 1989 — e reestruturar a educação, agricultura e meio-ambiente do país. O México tornou-se o predileto do banco e de seu maior acionista, os Estados Unidos. "O nosso país mostra-se compreensivelmente sensível às sugestões do Banco Mundial. Os economistas do Bird influenciaram fortemente as reformas porque são os melhores do mundo. Eles e funcionários do governo mexicano passam fins-de-semana juntos, discutindo questões políticas", declarou o sub-secretário de finanças do México, Angel Gurria. Justifica: "muitos funcionários do governo mexicano formaram-se nas universidades norte-americanas. Alguns estudaram juntos. São amigos". O México foi o país que mais recebeu recursos do Bird. Até o final do ano fiscal de 1991 — junho —, o banco aprovou empréstimos que totalizaram 1.882 bilhão de dólares.

**Os planos neoliberais liquidam com a soberania das nações dependentes**

O presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, segue a mesma rota do seu colega mexicano, Carlos Salinas de Gortari: acelera um



Protesto contra as multinacionais

acordo de livre comércio com os Estados Unidos. "A Venezuela abriu amplamente suas portas para os investimentos externos", diz Pérez. Objetivo: fazer com que a Venezuela seja o primeiro país Latino Americano a assinar um acordo de livre comércio com os EUA.

O terceiro, Carlos Menem (Argentina), promoveu o processo de aproximação mais radical: alinhou-se com a política externa dos Estados Unidos no ataque contra o Iraque — enviou dois navios ao Golfo Pérsico —, votou contra Cuba na Comissão dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e cancelou o projeto do Míssil Condor II: teleguiado, dotado de alta tecnologia e "ogiva inteligente" e capaz de atingir 800 quilômetros. O controle de sua pesquisa será transferido para a agência espacial norte-americana, a Nasa.

O Ministério de Defesa Argentino apresentou um pacote de reestruturação das Forças Armadas, aplaudido pelo governo americano. O pacote prevê redução dos efetivos das Forças Armadas, vendas dos campos de treinamento e quartéis, privatização das empresas ligadas ao Ministério e corte total das verbas que mantêm as escolas de formação de sargentos e oficiais.

Ponto máximo do alinhamento, a Argentina retirou-se oficialmente do Movimento dos Países Não-Alinhados — NOAL. A justificativa consta no documento intitulado "Um mundo em transição": de menor enfrentamento a uma

maior cooperação". "O término da guerra fria decreta também o esgotamento das razões de existência de um bloco de países pretensamente neutros entre as potências hegemônicas dos Estados Unidos e União Soviética", argumenta Menem. O chanceler argentino Guido Di Tella foi mais preciso: "Os países membros do Noal continuam com uma retórica muito antinorte-americana, totalmente fora da época". A posição de romper com os pobres do mundo expressa a tese que o chanceler tem imprimido à política externa argentina desde sua posse, em fevereiro do ano passado: "Interessa-nos estar bem com os Estados Unidos da América e não com o Sri Lanka."

**Privatização gera queda da  
qualidade dos serviços e  
aumento de preços e tarifas**

Entraram na América Latina no ano passado 40.094 bilhões de dólares, segundo estudo realizado pela Salomon Brothers Inc. O estudo divide os recursos da seguinte forma: 15,7 bilhões de dólares na forma de empréstimos, 6,4 bilhões de dólares em investimentos de carteiras e — com destaque — 14 bilhões de dólares em investimentos diretos e operações em privatizações. O interesse do estudo é mostrar a viabilização das privatizações.

O professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas, Márcio Wohlers de Almeida, estudou comparativamente os processos de privatização ocorridos em dois países centrais: Itália e Inglaterra. Ele resume assim os resultados que serviram de modelo aos países periféricos: "As privatizações na Inglaterra tiveram do governo grande parte do poder de influir nas políticas industriais e levaram à substituição dos monopólios estatais pelos privados." Resultado: queda de eficiência em vários ramos e encarecimento acentuado de preços e tarifas sob controle dos monopólios privados.

Os ensinamentos do prêmio Nobel de Economia de 1974, Friedrich August Von Hayek — morto em março último —, adotados pela ex-primeira ministra, Margareth Thartcher, lançaram a economia britânica num processo recessivo agudo. Os custos sociais são elevados.

Resultados semelhantes são colhidos nos países que adotaram o modelo.

O advogado nacionalista argentino, Adolfo Silenzi de Stagni, avalia que os processos de privatizações que estão sendo implantados em todo o mundo têm um inspirador: o Banco Mundial. Num levantamento realizado junto aos organismos internacionais, ele constatou que a instituição assessora — só na área de petróleo — trinta e cinco países com dívidas externas importantes. "O Banco Mundial está orquestrando uma política de longo prazo na América Latina, com o objetivo de desestatizar a atividade petrolífera em todos os países com monopólio estatal do petróleo", conclui. Na América Latina, há três países com monopólio estatal: México, Brasil e Venezuela.

### Setores estratégicos da economia são entregues ao capital estrangeiro

No seu discurso de posse, Carlos Andrés Pérez, traçou as linhas gerais de seu programa: reduzir impostos, privatizar as empresas aéreas e telefônica, vender centenas de empresas ligadas ao estado e alimentar o renovado interesse que as empresas estrangeiras têm pelo país. A estratégia estendia-se à estatal "Petróleo da Venezuela S.A." — P.D.V.S.A — Ela foi nacionalizada durante o primeiro governo de Pérez — 1975. Na época, o país foi varrido por uma onda nacionalista. Também foi nacionalizada a indústria do ferro.

A empresa telefônica — C.A.N.T.V. — foi colocada à venda. Entre os interessados estão as norte-americanas G.T.E Corp, e a U.S. West Inc. Para a compra da empresa aérea nacional venezuelana — V.I.A.S.A — surge o consórcio formado pelas empresas A.K.L.M. e a North West AirLines. O consórcio concorre com a espanhola Ibéria pela aquisição de 60% da empresa. A Bowater Inc. tem planos de colocar em operação ainda este ano uma fábrica de papel-jornal avaliada em 500 milhões de dólares. O projeto estava engavetado desde 1986. A direção do projeto anunciou que hoje as "condições são propícias para sua implementação."

Exxon, Shell International e Mitsubishi venezuelana desenvolvem projetos no valor de 3,1 bilhões de dólares para a industrialização do

gás natural. A Marubeni Corp está envolvida na construção de uma fábrica de industrialização do ferro: bolinhas de ferro. Além disso, desenvolve projeto com a Kobe Steel para um acordo ferroviário no valor de 400 milhões de dólares.

A Petróleo do México — Pemex (criada em 1938) — também desperta interesses de grupos estrangeiros. A empresa é a quarta maior do mundo no setor. Ela domina todos os setores da produção do petróleo e gás natural.

No México, as privatizações começaram com o setor bancário. O setor foi nacionalizado em 1982. Na mesma época, deu-se a suspensão do pagamento do principal da dívida externa. Os dois primeiros bancos privatizados — Multibanco Mercantil do México e Ben País — foram adquiridos por grandes grupos financeiros. O Multibanco foi comprado por 203 milhões de dólares pela "holding" liderada pela Mexicana Probursa. esta uma das maiores casas de corretagem do país. O Ben País foi comprado por 182 milhões de dólares pela "holding" que inclui a empresa de corretagem Mixival. A Salomon Brothers Inc. avalia que a capitalização do setor bancário do México atinge a cifra de 7 bilhões de dólares. Segundo a empresa, ele está despertando interesses de vários grupos norte-americanos. O setor é formado por dezoito bancos. Pelas regras de privatização, os investidores estrangeiros poderão adquirir 30% do capital dos bancos. Cinco por cento foram reservados para os investidores individuais.

### Antigas conquistas sociais são anuladas para favorecer os monopólios

No setor agrário, o governo propôs a revogação do "compromisso perpétuo com a reforma agrária". O compromisso vigora na Constituição mexicana desde 1917. O projeto elimina também as restrições ao tamanho máximo da propriedade no campo. Ele desestrutura os "ejidos": as fazendas comunitárias mexicanas. As fazendas foram instituídas durante o processo revolucionário de 1919/1920. Elas ocupam metade das terras agricultáveis do país. Sua população é hoje estimada em três milhões de pessoas. Nos últimos anos, o setor privado tem investido milhões de dólares no campo mexicano.

Desde 1990, três companhias estrangeiras investiram 50 milhões de dólares em projetos conjuntos nos "ejidos". São elas: Agamesa, Pepsico e a Trasco — em sociedade com a "trading" Company Japonesa C. Itoh e a produtora de laticínios "Productora de Leche."

O sub-secretário de agricultura do país, Gustavo Gordillo, calcula que setenta e duas empresas privadas formaram associações com os "ejidos" ou pequenos proprietários. "Há ainda cerca de oitenta associações interessadas", comemora.

Na Argentina, a privatização está mais acelerada. A coordenadora de privatização do setor siderúrgico, Maria Júlia Also Garay, informou que o governo privatizará a Sociedade Mista Siderúrgica Argentina — Somisa. A siderúrgica está avaliada em 450 milhões de dólares. Ela produz dois milhões de toneladas de aço plano por ano. Responde por 80% da produção nacional. Tem 5,5 mil empregados. No passado, tinha 15 mil.

O projeto é privatizar 80% das empresas estatais até o fim deste ano: serviço de água potável, ferrovias de cargas, serviços de energia e gás natural. Os serviços telefônicos foram totalmente privatizados — adquiridos por monopólios europeus, italianos e espanhóis, na maioria —, reduziu-se ao mínimo a participação do Estado nos transportes aéreos — adqui-

rado por empresa espanhola —, pulverizou-se a empresa mais antiga da América Latina na área de petróleo (criada em 1922), Yacimientos Petrolíferos Fiscales — YPF. Suas atividades mais lucrativas foram entregues a investidores estrangeiros. Entre elas, duas das quatro bacias mais ricas do país: Vizcacheras — Mendoza —, produz 214.400 mil barris de petróleo diários e Hemul-Kolvel Kayke — Patagônia de Santa Cruz — produz 16.350 mil barris de petróleo diários. Mais: foram concedidos à administração estrangeira 69 campos de petróleo, dez mil quilômetros de rodovias e um zoológico.

Em novembro de 1991, o governo argentino tomou medidas para acelerar o processo de privatização. As empresas estatais passaram a ser vendidas em duas etapas. A concorrência pública será apenas para os grupos administrativos. Nela, será disputada uma quantidade de ações que assegure ao comprador o controle da gestão. O concorrente poderá ser estrangeiro ou nacional: desaparece a exigência de 51% das ações pertencerem a proprietários nacionais. O ministro da economia Domingo Cavallo assegura que o controle de gestão será possível com a posse de 25% ou 30% das ações. A Citicorp venture Capital — subsidiária do Citicorp — saiu na frente. Ela foi formada para administrar a participação acionária do Banco nas empresas privatizadas nas novas regras.



Latinoamericanos começam a criticar o seu maior inimigo

Os custos sociais dos ajustes têm sido altos. Na Venezuela, apesar do crescimento econômico de 9,2% das reservas internas cravarem 12,5 bilhões de dólares e a inflação anual perder 50% pontos percentuais — de 81% para 31% —, o plano fracassou. A análise é do deputado, Humberto Celli. O plano do FMI fez com que cerca de 70% da população venezuelana passasse a viver na mais "absoluta situação de miséria crítica", calcula. Os saques, enfrentamentos com as forças de segurança e o descontentamento geral da população são frutos dessa política, conclui.

**Na Venezuela, que já foi um país rico, 70% da população vive em "miséria crítica"**

A Venezuela já foi um país rico. Há pouco tempo. Os 2,5 milhões de barris de petróleo diários asseguravam uma renda *per capita* superior a 3 mil dólares, no fim dos anos oitenta. A média da América Latina era de US\$ 1.946.

No início do seu segundo mandato, Andrés Pérez adotou um plano de perfil neoliberal. Aplicou um pacote de medidas de impacto: "o paquetazo". A população reagiu. Segundo dados oficiais morreram 300 pessoas. As entidades não-governamentais divulgaram um número maior de vítimas: 3 mil. Isso nos confrontos de fevereiro de 1989. Na ocasião, 40% da população vivia em níveis de "pobreza crítica", informava o Banco Mundial.

O aumento geométrico da pobreza — desemprego, precariedade na assistência social, perda do poder de compra dos salários etc. — abalou a "mais estável democracia" latina-americana, no dia 02 de fevereiro de 1992. O país não sofria uma tentativa de golpe militar desde 1958. Recorde no continente.

O presidente mexicano Carlos Salinas adotou um plano de combate à miséria provocada pelos ajustes econômicos: "Projeto Solidariedade." Dados divulgados pelo Banco Mundial indicam que 20% da população do país vive abaixo da linha de pobreza absoluta: rendimento de 250 dólares. A população mexicana é de 84 milhões de pessoas. Milhares fogem da pobreza emigrando para os Estados Unidos.

No futuro, a situação da população tende a piorar. Persistirão os problemas que caracterizaram a crise do México durante os anos oiten-

ta. A conclusão consta no relatório elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe — Cepal.

O desemprego e a repressão desarticularam o movimento sindical nestes países. Os Carlos — Andrés Pérez e Salinas de Gortari — lançaram mão de ambos para quebrar a resistência sindical. O movimento sindical foi dividido, cooptado, esvaziado e duramente golpeado. Menem além desses recursos propôs modificações estruturais na legislação trabalhista.

No final do ano passado, o governo argentino remeteu ao Congresso um amplo projeto de desregulamentação da economia. Com 117 artigos, oito capítulos e dois anexos, ele prevê a "flexibilização das relações trabalhistas." A flexibilização permite aos empresários demitirem "com reduzidos custos de indenizações." Mais: contratar mão-de-obra temporária. Pior: negociar salários por empresas sem a participação dos sindicatos. Em alguns casos, os sindicatos firmam acordos nacionais na Argentina. A medida pretende esvaziar o poder político dos sindicatos. Reduzir o seu poder de resistência às medidas antioperárias. Carlos Menem prepara terreno para promover demissões em setores-chaves da economia.

O governo demitiu 12,5 mil ferroviários. Aguarda agora 150 milhões de dólares para promover novas demissões. O Banco Mundial deverá liberar o dinheiro em breve. "Ele será usado no pagamento das indenizações", explica o ministro Cavallo. A liberalização dos recursos depende do aval do FMI.

**Recessão também é usada para quebrar a resistência do movimento sindical**

Nos cálculos do economista de oposição Roberto Frenkel, o plano chegará a seu período crítico em meados deste ano. O raciocínio do economista é simples: o período vai coincidir com o fim dos ativos possíveis de serem vendidos e esgotamento da capacidade do Estado frente às pressões sociais decorrentes do desemprego e da falta de reativação da economia. "O que acontecerá quando não houver mais nada a vender"?, interroga o economista liberal Walter Grazziano. O presidente Carlos Saúl Menem tem três meses para pensar numa resposta convincente.

\* Assessor de imprensa do Sindicato dos Securitários de São Paulo



## O movimento sindical a procura das formas de luta contra a recessão

João Batista Lemos\*

Diante das dificuldades do momento atual, marcado por uma profunda recessão, o sindicalismo se esforça para mobilizar os trabalhadores e apontar as saídas para a crise. Várias respostas são apresentadas. Entre elas, uma ganhou destaque nos meios de comunicação: o "acordo do setor automotivo", que envolveu empresários, governo federal e sindicatos. Quais as consequências desse "acordo" tão badalado? Como o movimento sindical deve se portar diante da grave crise econômica? Essas são as indagações que o artigo abaixo tenta responder.

Muito se falou, e ainda se fala, sobre o **Acordo do Setor Automotivo**, concluído em Brasília dia 27 de março, entre sindicatos, patrões e governo. Ainda no dia 24 de abril, quase um mês depois, lá estavam os metalúrgicos da Volkswagen de São Bernardo, ocupando a Via Anchieta, em protesto contra o aumento de preços da Autolatina que desrespeita o acerto de Brasília.

**Tentaram passar o acordo de Brasília como a solução salvadora**

Convém analisar o problema em dois planos. Do ponto de vista do salário, do emprego, dos interesses imediatos dos trabalhadores, e na sua versão final, incluindo uma reposição parcial das perdas salariais, foi um acordo aceitável. Pelo menos os trabalhadores conseguiram 90 dias de estabilidade (demissão só pagando três salários extras) e a promessa de negociação a curto prazo de um contrato coletivo. Era duvidoso que se alcançasse coisa qualitativamente melhor; tanto que o conjunto dos sindicatos envolvidos acatou a proposta.

Mas existe outra dimensão no acordo. Setores empresariais e governamentais, mas também sindicalistas e parlamentares ligados aos trabalhadores, passaram a recomendá-lo como o caminho das pedras, a luz no fim do túnel, a receita salvadora para combater a inflação sem causar a recessão e arrancar toda a economia da crise para o desenvolvimento. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Vicente de Paulo da Silva, disse em artigo assinado, no *Estadão* de 30 de março, que o acordo de Brasília pode "significar uma primeira e vital derrota de todo esse modelo recessivo". No dia seguinte, a *Tribuna Metalúrgica*, jornal diário do Sindicato, repetia a afirmação. O deputado federal Aloísio Mercadante (PT-SP), empolgado, afirmou que "trata-se, também, de uma mudança radical na trajetória sindical. O trabalhador assume a consciência de produtor, consumidor e cidadão". Em setores da CUT, passou a circular o termo "sindicalismo cidadão", apresentado como paradigma da ação sindical adequada aos tempos modernos.

Depois que a poeira baixou, as declarações altissonantes cederam lugar a outras mais cautelosas. De qualquer maneira, permanece a



**Sindicalismo precisa definir seu alvo**

questão de fundo: o que esperar e como se comportar frente a um fórum como o da indústria automotiva? E, num plano mais geral: como o movimento sindical deve enfrentar a crise?

**Há cerca de 200 anos crises colocam um duplo e premente desafio**

O problema não é novo. Vem das primeiras crises cíclicas do sistema produtivo burguês, na velha Europa de 200 anos atrás. Desde aquela época elas colocam para os trabalhadores e suas organizações de classe um duplo e premente desafio: De um lado, evidentemente, aumentam os motivos para lutar, os salários baixam. Os postos de trabalho desaparecem. O consumo despenca. O fantasma da miséria, que nunca esteve muito longe, senta-se à mesa de milhares de famílias proletárias.

Ocorrem que os mesmos fatores que tornam a luta mais necessária fazem com que ela seja mais difícil. Como unir a classe, se o desemprego a dividiu em empregados e demitidos, a competirem pelas mesmas vagas, cada vez mais raras? Como defender os salários da pressão aviltante de uma oferta de mão-de-obra bem maior do que a procura? Como garantir o nível de emprego no momento em que a lógica

todo-poderosa do mercado estimula demissões em massa? São problemas muito objetivos e todo sindicalista já sentiu na carne a dificuldade de equacioná-los.

Como regra, o movimento sindical conquista suas reivindicações nas fases de expansão da economia capitalista, quando a mão-de-obra escasseia e a arma da greve adquire eficácia máxima. Nos períodos de crise, ele é constringido a uma luta de resistência. E pode se dar por vitorioso se consegue manter, a duras penas e fazendo concessões, os espaços conquistados.

**Quando a "mão invisível"  
destrói riquezas  
em vez de construí-las**

Este é o drama dos trabalhadores, mas há também o dos patrões. Nos anos de vacas gordas, eles asseveram que o mercado, com a sua "mão invisível", é capaz de prover automaticamente o desenvolvimento, a prosperidade e a justiça. A crise reduz a cacoc essa doce ilusão.

Com ela, toda a máquina produtiva burguesa entra em curto-circuito. A "mão invisível do mercado" (termo criado pelo economista inglês Adam Smith para descrever as leis do mercado capitalista) destrói riquezas com a mesma efi-

ciência que mostrou ao produzi-las. A economia passa "crescer" como rabo de cavalo: para trás e para baixo.

Os economistas vulgares, que a grande imprensa nos serve, apresentam as crises como uma mal estar de menor importância, passageiro, localizado. Atribuem-lhe causas fortuitas. E chegam a considerá-la saudável, por selecionar através da concorrência, os "bons trabalhadores" e os "bons patrões", enquanto castiga os "maus", uns com demissão, os outros com a falência.

Mas qualquer pessoa com um mínimo de bom-senso percebe o absurdo da situação. A sociedade empobrece por ter produzido riquezas "demais". A maioria da população passa necessidades enquanto mercadorias excedentes criam mofo nos depósitos e às vezes são até destruídas por falta de comprador. O círculo vicioso se repete, mais e mais, até que a própria recessão, depois de vitimar milhares de empresas e milhares de empresas e milhões de postos de trabalho, "limpa o terreno" para a recuperação econômica... dos sobreviventes.

Por tudo isso, as crises da produção capitalista são um momento privilegiado da tomada de consciência da classe operária e da grande massa de assalariados. Fica bem mais fácil enxergar a necessidade e a possibilidade de substituir o modo de produção atual por outro,



Em períodos de crise, a resistência deve ser aumentada

superior, que não seja escravo de tal "mão invisível".

Isso não significa que durante as crises o movimento sindical deve abandonar a luta por reivindicações imediatas para pregar a revolução social iminente. Nestes momentos, a própria defesa dos direitos já conquistados exige uma resistência tenaz, empregando formas de luta criativas e às vezes bastante ousadas.

**Negociação também deve ser encarada como uma forma de luta de classes**

As épocas de crise também costumam trazer consigo as propostas de conversações, entendimentos, pactos e companhia. Os patrões e o governo, que nas fases de prosperidade pareciam surdos, são tomados por uma súbita febre diálogante.

O sindicalismo classista não tem por que recusar por princípio, a priori, a participação nesses fóruns. Não existe receita pronta. Podemos tomar o caso do "Entendimento Nacional", patrocinado por Collor e Zélia em 1990. Ali, participar significava, conscientemente ou não, ajudar a viabilizar a política neoliberal do governo, pois era este o objetivo de todo o circo montado, que por sinal desabou logo depois. Já nas câmaras setoriais, por exemplo, a discussão se dá em outro nível, e pode representar uma trincheira de defesa dos interesses dos trabalhadores.

Mas há uma regra sem exceção: nunca esquecer que na mesa destas negociações, tal como numa greve ou campanha salarial, estão sentados os representantes de classes sociais com interesses opostos. Negociação é uma forma específica de luta de classes. E salta aos olhos que, para os trabalhadores, não pode ser a forma principal. Só joga seu papel quando, do lado de fora da sala de negociação, os trabalhadores lançam mão dos "argumentos" da mobilização.

A este respeito vale dedicar duas palavras à relação entre movimento sindical e cidadania.

A cidadania é uma grande coisa. Um valor afirmado pela Revolução Francesa, que nestes

dois séculos tem funcionado como antídoto contra as tiranias. Exprime-se na idéia de que todos os indivíduos possuem os mesmos direitos políticos e, somados, formam a única fonte legítima do poder estatal. Motivou uma das primeiras grandes campanhas operárias da história, o *Movimento Cartista*, na Inglaterra de 1836-1838. Nós, brasileiros, recém-saídos de uma ditadura que reduziu a cidadania a letra morta, sabemos bem o quanto vale.

Porém o movimento operário sindical aprendeu também, a duras penas, que na sociedade atual há cidadãos e cidadãos.

Se um punhado de capitalistas detém o monopólio do poder econômico, o resto da sociedade fica reduzido à condição de cidadãos "de segunda". E o próprio conceito de cidadania termina completamente adulterado, quando não vira, como no Brasil, uma piada de mau gosto.

É assim que o pensamento político e sindical classista coloca as coisas, há mais de um século e em todos os continentes. Encarar a cidadania como um valor abstrato, acima ou além das classes e da luta de classes, é no mínimo uma lamentável ingenuidade. E, na prática, termina ajudando os "cidadãos de primeira", os donos do dinheiro, que por sinal são os primeiros a venderem a ilusão de que "somos todos iguais", quando na prática uns são "mais iguais" do que os outros.

Este conceito ganha uma importância toda especial na hora de sentar à mesa de um dos fóruns que examinamos. É quase obrigatório, nestes casos, alguém derramar três ou quatro belas frases do gênero "relação de parceria" e "estamos no mesmo barco". Que barco? Só se for uma daquelas trirremes da Roma Antiga, onde uns iam refestelados no convés e os outros acorrentados no porão, remando debaixo de chicote.

A relação entre capitalismo e assalariados, nos momentos de crise ou de prosperidade, de relativa calma ou de luta, de enfrentamento ou negociação, é sempre uma relação entre classes desiguais. É claro que os trabalhadores gostariam que não fosse assim, mas fingir o contrário só faz piorar a situação, ainda mais em tempos de crise, quando o patronato, depois de privatizar e embolsar os lucros, propõe a socialização dos prejuízos.

\*Metalúrgico.  
Diretor do  
Centro de  
Estudos  
Sindicais (CES)



## "O desemprego não pode desaparecer senão com a supressão do capitalismo"

D. Lozovsky

Drizdo Losovsky, também chamado de Alejandro Losovsky, dirigiu a Internacional Sindical Vermelha (ISV) durante toda a sua existência, na primeira metade desse século. Diante da grave depressão econômica que abalou o capitalismo na década de 30, ele escreveu o artigo que ora publicamos para orientar a atuação dos sindicalistas revolucionários em todo o mundo.

O texto preserva sua atualidade. Nele, Losovsky mostra como o desemprego é consequência lógica do próprio sistema de exploração em vigor. Ele também critica a postura da social-democracia, que naquele período de acirramento da luta de classes era taxada de social-fascista - em razão de seus vínculos com a burguesia e de sua cumplicidade com a ascensão do nazi-fascismo.

O desemprego está agora no centro das atenções de dezenas de milhões de proletários. Com efeito, em todos os grandes países capitalistas quase não há famílias operárias que não tenham sido afetadas por ele. A estabilidade capitalista venerada pela burguesia e pelo social-fascismo rebenta por todos os lados. A vaga de desemprego cresce cada vez mais e coloca o proletariado internacional perante toda uma série de problemas importantes e complicados. Como organizar os sem-trabalho? De que modo estabelecer uma ligação entre eles e os operários ocupados? Será necessário apresentar reivindicações parciais em favor dos demitidos ou bastará limitarmo-nos às reivindicações de ordem geral? Como e em função de que objetivos é preciso canalizar a energia e a atividade das massas sem trabalho? Que atitude tomar relativamente aos projetos burgueses e reformistas da solução do problema? Finalmente, como combinar a luta contra o desemprego com a luta da classe operária pela sua participação social?

Em primeiro lugar, é indispensável responder à questão seguinte: podemos de maneira geral lançar a palavra de ordem: "Luta contra o desemprego?" É evidente que este mal, engendrado pelo capitalismo, não pode desaparecer senão com a supressão do sistema capitalista. Isto é um lugar comum para todo proletário revolucionário. Esta luta está ligada organicamente à luta contra o capitalismo. Quem separar um do outro, quem imaginar que o problema da falta de trabalho pode ser resolvido no quadro do capitalismo, é um reformista e não um revolucionário. Tudo isso constitui uma verdade elementar. A palavra de ordem de luta contra o desemprego lançada pela Internacional Comunista e pela Internacional Sindical Vermelha implica igualmente a palavra de ordem de luta contra o sistema que o provoca.

Com algumas exceções de pouca monta, a falta de emprego alastra-se agora no mundo inteiro, e é por isso que a questão do movimento dos desempregados, as possibilidades objetivas desse movimento e os seus métodos de organização assumem primordial importância.

O desemprego de massas é um dos elementos de desagregação das relações capitalistas. Cada desempregado é um fermento, as centenas de milhares, os milhões de sem-trabalho constituem uma ameaça para o sistema capitalista reinante. Daí, precisamente, a atenção cui-

dadosa que os partidos burgueses e sociais-fascistas dedicam a esse problema. Por vezes, o desempregado esfomeado, exausto, pode cair na armadilha da demagogia fascista, desviar-se do caminho da sua classe; mas a situação objetiva, a situação do operário eliminado da produção, leva-o a protestar contra todo o sistema estabelecido. Entre as massas que sofrem da falta de ocupação acumula-se um descontentamento considerável. O desemprego de massas é um reservatório de energias revolucionárias. É necessário, porém, saber por em movimento esta energia, saber organizar esta força, formular as reivindicações dos demitidos com palavras de ordem de conteúdo econômico e político claro e justo, é preciso encontrar as formas e os métodos adequados de organização para poder dirigir todo o vigor dessas pessoas numa mesma direção.

**" Os milhões de sem trabalho  
constituem uma ameaça  
para o sistema reinante"**

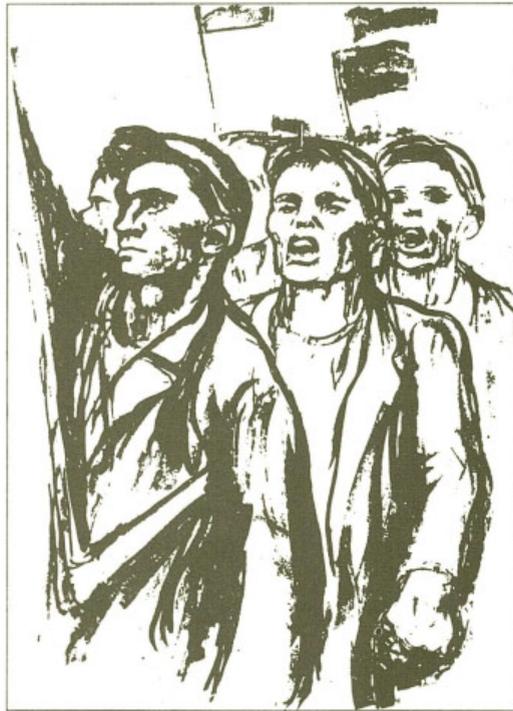
Como organizar melhor os sem-trabalho? Em função das profissões, na base das empresas, nos locais onde estão inscritos como desempregados, criando comitês ou conselhos de desempregados, estimulando a iniciativa das massas sem trabalho. Esta é uma força revolucionária formidável que é necessário saber utilizar. Mas nós só o conseguiremos se criarmos uma organização adequada, se eles estiverem solidamente agrupados, se soubermos mostrar às enormes massas de desempregados e aos operários ocupados a união de seus interesses com os interesses do conjunto da classe operária. O mais perigoso seria isolá-los, criar um movimento especial de desempregados. Isto poderia levar a resultados desfavoráveis e tornar a nossa luta muito difícil.

A tarefa fundamental consiste em ligar o movimento dos sem-trabalho ao movimento geral de classe do proletariado. Nenhuma organização deste tipo deve compor-se exclusivamente de desempregados. Todos os comitês e conselhos devem ter obrigatoriamente representantes dos operários ocupados. Não se deve considerar a luta dos sem-trabalho como uma forma especial do movimento operário, porque a desocupação não é uma profissão: aqueles que estão desempregados agora, podem ama-

nhã encontrar trabalho e, por outro lado o operário ainda hoje trabalhando na empresa, pode ser posto no olho da rua. O desemprego constitui, antes de mais nada, uma causa que pertence ao conjunto da classe operária, é assunto que interessa a cada proletário individualmente e independentemente do fato de que tenha ou não trabalho no momento. Por isso, a questão do contato orgânico entre desempregados e operários ocupados é problema central de toda a nossa tática na atual etapa da luta. O isolamento do movimento dos desempregados pode levar à divisão da classe operária em dois grupos diferentes: o dos operários ocupados e o dos sem-trabalho. Ora, uma tal divisão só poderá conduzir a conseqüências catastróficas tanto para uns como para outros. É por isso que a tarefa de criar um contato orgânico entre os desempregados e os operários ocupados, de levar uns e outros à luta, de estabelecer reivindicações comuns a serem defendidas não somente pelos desempregados, mas igualmente por todas as organizações, pelo conjunto do operariado, deve estar no centro das atenções dos sindicatos revolucionários. A causa dos desempregados é a causa de toda a classe operária. Mas, se sabemos de antemão que não podemos fazer desaparecer este mal sem suprimir o sistema capitalista, por que reclamar um seguro-desemprego organizado pelo Estado, por que exigir das Prefeituras e do Parlamento a concessão de uma moratória dos alugueis dos desempregados? Ao fazê-lo não estaremos abusando das reivindicações parciais? Esta questão conduz-nos a colocar o problema das reivindicações parciais e gerais.

**"A causa dos desempregados  
é a causa de toda  
a classe operária"**

Não há nenhuma dúvida de que, na etapa atual, a burguesia não satisfaz as exigências dos trabalhadores e, aliás, é incapaz de fazer concessões sérias no campo das reformas sociais. Mas isto não significa que não possamos arrancar dela alguma coisa. Se dissermos a um desempregado: "De de nada adianta as tuas reivindicações; passa fome até que o capitalismo seja suprimido", isto seria uma inépcia política.



Ao contrário. É preciso dizer-lhe: "Organiza-te, arranca dos bolsos do burguês tudo o que poderes através de manifestações comuns com os operários ocupados e com os outros desempregados, na luta das barricadas, na ação de massas e inclusive na insurreição; pugna pelas tuas reivindicações, das parciais às gerais, não te detenhas, combina estas reivindicações com as exigências gerais da classe operária, lembra-te de que não se pode conquistar seja o que for senão pela luta e que somente com a liquidação do sistema capitalista se conseguirá acabar com o desemprego".

É desse modo que a massa dos sem-trabalho e dos operários ocupados pode ser mobilizada e agrupada, que será possível concentrar toda a energia da classe operária, por assim dizer, num punho único, que se ligará as reivindicações atuais do estômago vazio com o problema da derrubada do capitalismo e da instauração da ditadura do proletariado. Todo aquele que se limita ao programa máximo, que pensa que o tempo das reivindicações parciais já passou, paralisa a energia das massas em vez de a libertar, condena as massas à passividade em vez de as ativar, adia as lutas para amanhã em vez de as travar hoje. É por isso que se deve rejeitar categoricamente a fórmula: "ou as reivindicações parciais, ou as reivindicações gerais". Nós

colocamos as reivindicações parciais (seguro-desemprego organizado pelo Estado, jornada de 7 horas etc.) e ligamos estas reivindicações ao combate contra todo o sistema capitalista. A luta contra o desemprego é parte integrante da luta contra o sistema que o provoca. É necessário não cair num ou noutro extremo. Nem a palavra de ordem "somente as reivindicações gerais", nem a palavra de ordem "somente as reivindicações parciais. Mas a combinação das reivindicações parciais e gerais. Este é o significado da luta contra o desemprego, o significado e a importância da jornada internacional contra a falta de trabalho. Pela sua natureza, esta jornada é um movimento contra todo o sistema capitalista.

**"Todo aquele que se limita ao programa máximo, condena as massas à passividade"**

Paralelamente ao crescimento do desemprego, ressuscita a mania de fazer projetos social-reformadores. Atualmente não há homem de Estado, desde o reacionário mais enraivecido até o social-fascista, que não recomende o seu próprio método para resolver o problema dos sem-trabalho. A Inglaterra é um país particularmente rico em projetos e o sr. Thomas inventa todos os dias novos paliativos. Mas até então nunca o palavreado dos social-fascistas se tinha revelado tão charlatão como na atualidade. Que propõe o Sr. Thomas aos desempregados? Renunciar à redução da jornada de trabalho e partir para as colônias a fim de lá encontrar a felicidade. Que recomendam os sociais-fascistas alemães e polacos? Choram lágrimas de crocodilo sobre a situação dos sem-emprego, mas acham impossível colocar seriamente a questão da ajuda a eles. Antes de mais nada, esses senhores preocupam-se em persuadi-los a não escutarem os "maus" conselhos dos comunistas.

Contra a demagogia dos sociais-fascistas, devemos apresentar reivindicações claras, concretas; às suas tentativas de enganar os sem-trabalho, de os desarmar ideológica e politicamente no interesse do capital nacional, precisamos opor a nossa linha com firmeza, não cedendo a qualquer compromisso e visando à organização dos desempregados contra o capitalismo e o social-fascismo. A repressão

sangrenta das manifestações de desempregados pelos governos sociais-democratas põe a nu o seu verdadeiro caráter. É precisamente aqui que aparece claramente a maneira como os partidos sociais-democratas foram longe na via da fascistização: eles mandam atirar nos desempregados!

Desse fato resulta a nossa posição relativamente a toda espécie de proposições emanadas dos governos sociais-democratas. Quando a burguesia e seus servidores sociais-fascistas fazem qualquer coisa no interesse dos desempregados — o que se torna uma exceção cada vez mais rara — eles não o fazem de boa vontade, mas porque temem o crescimento do movimento dos sem-trabalho e dos operários ocupados. Não deixemos escapar nenhuma ocasião, arranquemos tudo o que pudermos arrancar. Mas precisamos não esquecer nunca que toda a energia, todo o espírito fértil em invenções da burguesia e dos partidos sociais-fascistas são empregados atualmente no sentido de desorganizar o movimento, de separar os desempregados dos operários ocupados, de empurrá-los em direção a uma colônia qualquer longínqua. Por todos os modos possíveis querem dividir as fileiras dos desempregados pela argúcia e pelo engano, recorrendo à violência aberta. A acentuação da luta contra o social-fascismo, contra os sindicatos reformistas é a nossa tarefa mais urgentes no combate à falta de emprego.

O desemprego de massas coloca perante nós a seguinte questão: nas condições atuais, não será melhor adiar as reivindicações dos operários, as suas ações coletivas, por exemplo as greves, até o momento em que não haja demissões?

**A social-democracia "chora lágrimas de crocodilo, mas acha que nada pode ser feito"**

Qual é a atitude dos reformistas relativamente a esta questão? Eles dizem: "Dado que atualmente a conjuntura é má, não se deve criar dificuldades aos nossos patrões. Nós, por nosso lado dizemos, "as dificuldades dos patrões não dizem respeito à classe operária que deve pensar nos seus próprios interesses, e não nos interesses da classe que lhe é inimiga".

E isto, tanto mais que as greves podem nascer precisamente em correlação com o desem-



K. KOLLWITZ. "Solidariedade"

prego, por exemplo, quando surgem as *demissões massivas nas empresas*. O proletariado tem que ser tolerante, submeter-se, não reagir quando um terço ou um quarto dos operários e operárias são despedidos? Não deverá exigir que nenhum operário seja demitido? Não poderá admitir uma redução da jornada de trabalho mantendo a empresa todos os operários ocupados, em vez de aceitar a demissão pura e simples de uma parte considerável dos operários e operárias? Uma conjuntura má torna naturalmente mais difícil a luta econômica; não porém, impossível. Em relação com o crescimento do desemprego de massas, as ações políticas dos operários (manifestações, choques com a polícia etc.) receberão mais freqüentemente que os conflitos econômicos. A luta econômica não é suprimida pelo desemprego. As greves podem e devem ser organizadas. A mínima tentativa de renunciar a elas sob

pretexto de má conjuntura deve ser rejeitada categoricamente.

O desemprego de massas constitui um golpe extremamente violento para a alenda da propriedade capitalista e da boa saúde do capitalismo. É aí que reside a importância política do desemprego de massas atual.

Não é verdade que o país mais poderoso do capitalismo contemporâneo (os Estados Unidos) entra num período de crise extremamente aguda? A mesma coisa acontece com outros países. O atual desemprego de massas é uma brecha séria no edifício capitalista, provoca um crescimento formidável do descontentamento das massas. O que se passa presentemente em todos os países (Alemanha, França, Polônia nos Bálcãs, na América Latina) demonstra como o desemprego contribui rapidamente para a radicalização e o levantamento da luta de massas.

# DEBATE

## *Para onde caminha a CUT?*

Em julho próximo, a Central Única dos Trabalhadores realizará uma importante plenária nacional de entidades filiadas. A pauta preve a discussão sobre relações internacionais, questões organizativas e estratégia da central. Mas o ponto que norteará os debates será sobre o futuro da CUT, suas perspectivas e dilemas. Para contribuir com esse evento, a *Debate Sindical* decidiu abrir suas páginas para os representantes das principais correntes internas da central. O objetivo é manter esse espaço pluralista mesmo após a plenária.

"Para onde caminha a CUT?" - essa foi a pergunta formulada a todos os articulistas. Infelizmente, o companheiro Osvaldo Bargas, secretário de relações internacionais da CUT e responsável por apresentar as opiniões da corrente *Articulação*, majoritária na central, não teve condições de escrever o seu artigo - insistentemente solicitado. Apesar desse prejuízo, decidimos inaugurar a coluna *Debate*. O espaço continua aberto para a discussão franca e madura.

# "Fortalecer a CUT na luta"

Renildo de Souza\*

O Brasil está atravessando a pior e mais longa crise da sua história. Reflexo do que ocorre no sistema capitalista a nível internacional, o país se afunda na recessão e o pouco que resta de soberania nacional é colocado em xeque. Essa situação caótica comprova que o capitalismo não tem mais nada a oferecer à humanidade, é um sistema falido e excludente, que empurra a civilização para a barbarie. Mais do que nunca, o ideal socialista se reafirma, tendo como base o exame crítico dos avanços e erros cometidos nas suas primeiras experiências.

De maneira contraditória, no entanto, o quadro de agravamento da crise cria novas dificuldades para as lutas dos trabalhadores. A exemplo de outros períodos históricos de recessão econômica, num primeiro momento os assalariados se retraem, entram em certa defensiva, temem por seus empregos e pela sobrevivência de suas famílias. De forma objetiva, independente da postura dessa ou daquela corrente que atua no movimento social, a luta de classes parece arrefecida. Num segundo momento, porém, a ausência de saídas pode levar a grandes explosões espontâneas de revolta.

Essa situação de defensiva tem profundos reflexos no movimento sindical. E aqui é que entra a discussão sobre as perspectivas da nossa entidade, a CUT. Apesar de ser o maior referencial de luta do povo brasileiro, o que foi conquistado em decorrência de sua radicalidade, ela hoje também passa por um período de dificuldades. É visível que se encontra como que amarrada, atada, sem iniciativas políticas de impacto na sociedade. O que mais se projeta atualmente são as disputas renhidas entre as tendências internas, que consomem tempo e energia.

Vários fatores explicam essas dificuldades momentâneas. O primeiro, como já foi dito, é objetivo, deriva da própria recessão e de seus

reflexos na mentalidade dos trabalhadores. Mas o que nos interessa é a causa que diz respeito à nossa atuação, é o fator subjetivo. Nesse ponto, é inegável que a CUT passa por uma crise de identidade. Há uma grande confusão de propostas e concepções, com teses que beiram o reformismo mais imobilista até idéias sem base na realidade, vanguardistas e voluntaristas.

## Posições reformistas e vanguardistas dificultam atuação da nossa central

A Articulação, como corrente majoritária da central, tem a maior responsabilidade nessa crise. Na trajetória recente do sindicalismo nacional, ela se consolidou como uma tendência combativa e ganhou representatividade. Mas hoje, diante dos obstáculos criados pela recessão e da derrota das primeiras experiências socialistas, ela recua, perde a perspectiva de transformação da sociedade e adota um comportamento que se aproxima da social-democracia.

Sem abandonar as mobilizações específicas, ela renega o período de maior resistência grevista, taxando-o pejorativamente de "grevilha". Diz que é preciso superar o estágio "reativo" e ingressar numa nova fase, "propositiva". Condena o "sindicalismo do não", e fala num hipotético "sindicalismo participativo" ou "cidadão". Concentra suas atenções em fóruns e câmaras setoriais, priorizando as negociações por cima em detrimento das mobilizações na base. Procura "civilizar" a luta de classes.

Rejeita bandeiras que podem galvanizar e radicalizar o movimento de massas, como o Fora Collor. Joga todas as suas cartadas na su-

cessão presidencial de 94 e na via parlamentar, zelando pelo calendário eleitoral e pelas instituições democráticas burguesas - que a própria burguesia desrespeita. Para fazer vigar essas teses, de nítido conteúdo social-democrata e que esbarram na resistência da sua própria base radicalizada, investe contra as estruturas democráticas da central, tentando aparelhá-la de forma burocrática e exclusivista. Criticada em sua postura hegemônica, algumas de suas lideranças, conhecidas pelo sectarismo, ameaçam com o "racha, racha", numa conduta irresponsável que menospreza a unidade dos trabalhadores, que é a força da CUT.

Mas não é apenas essa concepção que causa prejuízos à ação da nossa central. No extremo oposto, algumas correntes adotam um comportamento esquerdista, sem base na realidade. Há inclusive os que avaliam, como se estivessem no mundo da lua, que o movimento operário está em acenso, às portas da revolução. Daí apresentarem proposições vanguardistas e voluntaristas, que não levam em conta a real correlação de forças da sociedade brasileira. A única saída que apresentam, como que milagrosa, é a "greve geral" a qualquer custo, sem a menor correspondência com as condições existentes.

Esse menosprezo pela correlação de forças, que é um dos termômetros básicos da ação política, também se expressa na vida interna da nossa central. Alguns desses grupos acabam radicalizando artificialmente as divergências. Não se empenham em encontrar pontos de unidade na luta, criando um clima de constante acirramento e desconfiança. Em certo sentido, investem contra as próprias estruturas da CUT, desrespeitando suas instâncias e decisões, numa atitude de partidarização da entidade. Isso ficou evidente nos preparativos do 1º de Maio, o que fez com que a central aparecesse dividida para a sociedade. Não se observa qualquer zelo pela unidade da central. Um racha na CUT hoje seria uma derrota histórica dos trabalhadores, que daria mais fôlego à burguesia.

Nós, da Corrente Sindical Classista da CUT, acreditamos na superação dessa fase de dificul-

dades. Apostamos no futuro da central como uma entidade que contribua na luta pela emancipação dos trabalhadores. De forma madura e fraternal, continuaremos a criticar tanto as concepções de viés reformista como as de caráter vanguardista. Mas o nosso maior esforço será para unir todas as correntes cutistas na luta, na ação concreta e prática. Entendemos que o melhor remédio para curar essas enfermidades é a mobilização das bases, é a intensificação da luta de classes, é o combate global a política econômica da burguesia, é a defesa do socialismo.

**CSC luta pela unidade  
cutista e aposta nas  
mobilizações de classe**

Apesar das dificuldades decorrentes de atual conjuntura, as condições objetivas amadurecem e são favoráveis à retomada das grandes mobilizações. O descontentamento popular é latente, as classes dominantes não têm capacidade para resolver os graves problemas nacionais e ainda encontram-se divididas. Nosso desafio é o de vincular as lutas imediatas, que expressam os anseios mais sentidos dos explorados, às mais gerais, contra o sistema capitalista e o governo que o representa na atualidade. É preciso superar o corporativismo e o economicismo, tão presentes em nossa atuação.

No interior da CUT, a CSC manterá sua postura independente. Não nos alinharemos automaticamente a essa ou aquela corrente. Apoiaremos todas as proposições que joguem no avanço das lutas e no fortalecimento da unidade da nossa central. Zelaremos pelas instâncias e pela estrutura orgânica da CUT, lutando para que elas sejam utilizadas de maneira democrática e pluralista, sem hegemonismos ou sectarismos. Nosso empenho será pela formulação de propostas que tenham correspondência com a atual correlação de forças e que mobilizem os trabalhadores na luta contra o projeto neoliberal da burguesia.

\* Coordenador da Corrente Sindical Classista da CUT, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia e membro da Executiva Nacional da CUT

# "Caminhos e descaminhos"

Durval de Carvalho\*

A CUT nasceu das lutas sócio-políticas da década de 80. Nesse processo, constituiu-se num interlocutor ativo e forte da sociedade civil brasileira, representando grande parte dos que produzem as riquezas deste país. No seu nascimento e crescimento algumas questões foram marcantes: a cultura dentro da qual a central foi gestada e a definição clara dos inimigos. Nesta fase inicial, a indagação sobre a matriz ideológica a que pertenciam cada um dos seus construtores não era a questão principal. Central era o quanto cada um fortalecia a solidariedade necessária à construção de um projeto classista, para enfrentar, ao mesmo tempo, a ditadura e o empresariado.

Passado o momento de afirmação da identidade e conquista de legitimidade, principal motor da ação da CUT e dos cutistas nos seus primeiros anos, dois movimentos internos começam a acontecer: a afirmação das diferenças internas de caráter político-ideológico e a centralidade da disputa pela direção da central, na medida em que ela se constitui, já, num importante instrumento da luta política no país.

**Visão do "inimigo interno" levou para o "vinagre" uma das principais marcas da CUT**

Nesse momento, inaugura-se aquilo que veio a cristalizar-se como um método de tratamento da disputa interna: a luta pela eliminação das diferenças, eliminando o diferente. Esta prática, aos poucos, construiu a visão do "inimigo interno" como o inimigo principal e levou para o "vinagre" a cultura que havia sido uma das marcas principais da CUT, interna e externamente, ou seja, a CUT como um referencial ético da prática sindical.

No início da CUT, ela tinha seus inimigos visíveis no campo político mais geral: a ditadura política, que a fração hegemônica da classe dominante impunha; o empresariado, enquanto classe, com suas formas específicas e em geral selvagens de exploração; e, no âmbito mais especificamente sindical, a estrutura sindical oficial. Juntamente com a prioridade de construção da CUT, a clareza na definição destes inimigos determinava a ação política da central e impunha um peso decisivo na sua unidade.

Até a posse do governo Sarney, início do fim da "transição democrática", a ação política da CUT foi correta, do ponto de vista do que era o seu eixo central. O fim da ditadura militar colocou para a CUT uma primeira necessidade de readequação do seu projeto. Mais tarde, a disputa Collor x Lula, a retórica de Collor e a quase absoluta ausência da CUT atualizaram e aprofundaram a necessidade de formular um projeto voltado para um novo momento histórico da luta política e social no Brasil. Já que nesse momento, as classes dominantes, tanto no comando do governo como nas suas instituições civis, vinham mudando sua forma de dominação.

A ação da CUT forçou uma mudança de postura de parcela significativa do empresariado brasileiro em relação à questão sindical, assim como impôs, de certa forma, pelo menos aos setores mais dinâmicos do capital, uma alteração na relação de trabalho. Essa parcela absorveu, portanto, a ação sindical como parte do conflito capital x trabalho. O empresariado, passado o susto inicial, preparou-se para enfrentar a CUT e lançou-se na contra ofensiva. O exemplo mais acabado dessa política foi a formação da Força Sindical. Esta alteração de postura das classes dominantes não teve uma contra partida ofensiva e eficaz por parte da

CUT. Ao contrário, o nosso sindicalismo está mais corporativo e economicista do que nunca. Nossas formas de luta ainda são as mesmas deste a sua fundação.

O crescimento da CUT como referência política transformou-se em incorporação orgânica de parcela cada vez maior de entidades da estrutura sindical oficial (ESO). Esta realidade evidenciou um problema não tratado no que se refere a um dos desafios que a CUT se propunha enfrentar no seu nascimento: a destruição da estrutura sindical vigente. Com a participação cada vez maior dos sindicatos da CLT, a CUT passa a sofrer uma espécie de complexo de Édipo, como a grande "mãe" de todos os sindicatos. Pois nós nascemos para destruir a ESO, mas ao mesmo tempo foi ela que nos projetou como representação dos trabalhadores. Essa "dívida" fez com que muitos não só tenham abandonado a crítica e o esforço de destruição, como se tenham deixado seduzir por esta "mãe" e seus encantos.

Embora colocando a conquista de espaços na estrutura sindical oficial como um momento tático no processo de construção de uma nova estrutura, adequada a nossa concepção de novo sindicalismo, aos poucos foi se dando uma acomodação a esta estrutura, a sua dinâmica e seus valores, como: não presença da organização sindical nos locais de trabalho, burocratização do aparelho sindical e o autoritarismo da prática sindical.

É necessário, entretanto, precisar que este momento não se constitui numa ação política consciente. Conformava, muito mais, uma assimilação prática da cultura dominante, que nos levou a secundarizar o projeto de ruptura com a estrutura sindical, mantendo nosso discurso de rejeição e o desejo de superação desta estrutura. Esta contradição nos coloca diante de uma profunda crise do modelo sindical. Por enquanto, estamos construindo para cima Federações e Confederações, filiações internacionais, etc ... sem nenhuma mudança no velho alicerce.

A linha de raciocínio até aqui desenvolvida coloca que a CUT passa por três tipos diferentes de crise e tem urgência em dar-lhes resposta: uma crise de cultura, traduzida numa profunda crise ético-moral, que define a formação da subjetividade dos militantes que são portadores do nosso projeto junto às massas; uma crise do modelo sindical, compatível com o novo sindicalismo que construímos: e uma

crise de projetos para o atual momento histórico da luta política e social no Brasil.

**Os três tipos diferentes  
de crise que necessitam  
de respostas urgentes**

Quero dar uma atenção especial à dimensão ético-moral da crise da CUT. Entendo que, com o padrão ético que tem predominado no interior da central, entre seus militantes e dirigentes ou nas disputas internas entre as correntes, nós não seremos parte integrante de um projeto de transformação social de caráter socialista, humanista e libertário nem no Brasil, nem em lugar nenhum do mundo. Não se constrói um sindicalismo para a transformação social caluniando dirigentes da central (como no recente caso de Cyro Garcia, dos bancários do RJ). Também não germina esse sindicalismo quando se pratica sistematicamente a lógica da exclusão das minorias.

Não consolidaremos nosso projeto inicial se continuarmos a enxergar a central e seus sindicatos como "propriedade" desta ou daquela corrente que eventualmente tem maioria; com a qual as entidades sindicais tornam-se vulgares "correias de transmissão" de tendências, estreitam-se e perdem sua característica plural e unitária, que era o que as capacitava como organizações de massa. Em definitivo, não haverá futuro para a CUT se o presente da central for a continuidade desse espírito e sua prática o que dominou o 4º Concut.

A CUT é uma central que, pela sua origem e composição atual, tem uma potencialidade imensa. Mas devemos saber aproveitar essas forças e, para isso, temos que resgatar a primazia da solidariedade de classe, a identificação do inimigo que está fora da central, que é grande e não está para brincadeira. E, sobretudo, recuperar a capacidade de dialogar com o conjunto da classe trabalhadora, não apenas com os das grandes concentrações industriais ou com os que tem carteira assinada. Esta é a vocação da CUT, que se perdeu na rotina negativa e perversa desses últimos anos, mas que continua latente a espera de sua realização.

\* Dirigente da tendência CUT pela Base, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas-SP e secretário nacional de Política Sindical da CUT

# "Luta ativa ou conciliação"

José Maria de Almeida\*

Já em entrevista a esta mesma revista no início deste ano, eu afirmava que a CUT tinha pela frente o desafio de unificar a luta do conjunto dos trabalhadores e setores explorados contra o governo, questionando seu mandato, levantando como eixo unificador das reivindicações de todo o povo a palavra de ordem "Fora Collor". De lá até agora, a discussão se desenvolveu dentro da central e no próprio movimento. Vivemos um momento importante com o Protesto Nacional de 13 de março, onde em todo o país gritou-se nas ruas "Fora Collor", expressando a insatisfação, indignação mesmo de toda a população contra esse governo. É preciso registrar que isso ocorreu apesar da orientação de Executiva Nacional que preferiu a palavra de ordem "Diga não ao Governo Collor".

No entanto, a discussão fundamental a ser feita não é se é mais oportuna essa ou aquela palavra de ordem. A discussão que sim é relevante, e aí subsistem diferenças grandes entre as correntes que compõem a direção da central, é qual sentido deve ter a política da CUT: se é de exigir a saída imediata de Collor, questionando seu mandato e o calendário eleitoral, enquanto se constrói na luta a alternativa de Governo dos Trabalhadores. Ou se é de seguir denunciando o governo, apostando no seu desgaste, para uma substituição em 95 através da eleição de um representante do campo "democrático e popular" em 94, conforme manda figurino do calendário eleitoral e da legislação vigente.

O governo Collor fracassou nos primeiros dois anos de seu governo, na implantação do projeto neo-liberal, na medida e na profundidade que se lhe exige o FMI e a crise econômica mundial. A inflação não foi debelada, a recessão gerou divisões importantes no seio da

classe dominante diminuindo sua base de apoio, inclusive no Congresso Nacional.

Os trabalhadores resistiram à política de arrocho e recessão desencadeando greves e mobilizações por todo o país. No campo, os trabalhadores continuaram sua luta pela reforma agrária e assistimos importantes mobilizações por moradia e melhores condições de vida da população urbana. Os aposentados, numa campanha que comoveu o país, foram às ruas exigir os 147% e denunciar o governo pelas mazelas que tem trazido ao povo brasileiro.

**CUT deve unir os explorados,  
rumo à greve geral,  
exigindo saída do governo**

É nesse caldo de cultura que se cozinha a crise do governo nesse último período, levando-a a limites extremos, obrigando Collor a tentar uma saída para recompor suas forças.

São esses os marcos em que o governo lança mão da reforma ministerial e juntamente com a patronal retoma novamente a cantinela do pacto social (ora travestido de fórum capital-trabalho, ora travestido de Câmaras Setoriais). É importante destacar que do ponto de vista da tentativa de recomposição de suas forças, o governo reafirma e reforça suas alianças com o FMI e com os setores mais à direita da patronal.

No entanto, o quadro geral de aprofundamento da crise econômica mundial, a continuidade da resistência dos trabalhadores, os pífios acordos para ampliação de sua base de apoio conseguidos pelo governo na reforma ministerial, levam a crer que por mais que haja um

reequilíbrio momentâneo, a tendência mais geral é que siga se aprofundando a crise da economia e a crise política do governo. Por outro, a continuidade ou o aprofundamento dessa situação deve levar a um recrudescimento das lutas dos trabalhadores (ainda que sofra mediações causadas pelo desemprego) e dos setores explorados da população.

O caminho que deve ser seguido pela classe trabalhadora, então, deve começar por rechaçar a participação em fóruns com a patronal e nas Câmaras Setoriais, pois aí não encontraremos saída para a situação dos trabalhadores (já basta o triste papel do companheiro Vicentinho — de S. Bernardo — vendendo à todo país a idéia de que o acordo negociado para as montadoras, na Câmara Setorial, era o caminho para acabar com a recessão).

Partindo daí, precisamos lutar para construir a unidade de todos os trabalhadores e setores explorados, em torno a um programa econômico alternativo ao de Collor, para tirar efetivamente o país da crise, que inicie por exigir o rompimento com o FMI e o não pagamento da dívida externa, que reponha as perdas conforme a inflação, que assegure a reforma agrária e a defesa das estatais e do serviço público.

E é no topo desse movimento, a partir de cada luta, de cada mobilização, que vamos preparar a Greve Geral, com manifestações de rua em todo país para exigir a saída do governo e reafirmar nosso programa. É também nesse processo de mobilização que temos que construir nossa alternativa de governo da classe trabalhadora.

No entanto, a direção da Central adotou o caminho oposto. A última reunião da Direção Nacional da CUT, reafirmou a posição sustentada pela Articulação e pelo PPS de se manter nos marcos da política de conciliação e de "respeitar a democracia e o calendário eleitoral"

(nas palavras do representante do PPS na reunião), e mais uma vez se recusou a adotar uma política de questionamento ao governo.

Pior, adotou uma resolução no sentido de proibir que as instâncias da CUT (CUT Estadual e CUT Regional) possam levar aos atos do 1º de maio qualquer material com a palavra de ordem "Fora Collor". Essa medida foi a forma que a Articulação encontrou para tentar calar os que defendem o "Fora Collor", alegando a necessidade de "Unidade de Ação" da central (se levamos até as últimas conseqüências esse raciocínio, vamos ter que acabar com os congressos regionais e estaduais da CUT, pois há o risco de decidirem algo diferente do que pensa a direção). Infelizmente, os companheiros da Corrente Sindical Classista acabaram apoiando e votando nessa resolução.

**Esquerda cutista deve  
tomar para si o processo  
de luta pelo Fora Collor**

As decisões da última reunião da Direção da CUT, não deixam dúvida que a Articulação e o PPS não vão adotar essa estratégia. Cabe às correntes da esquerda colocarem essa campanha nas ruas, da forma mais organizada possível, aproveitando iniciativas importantes como as que têm sido tomadas pela CUT Regional Grande S. Paulo.

Construindo um processo real de mobilização no sentido da unificação para a luta conseqüente contra Collor, criaremos condições efetivas de mudanças na orientação adotada nesse momento pela direção da nossa central. Essa é a nossa tarefa.

\* Dirigente da  
Convergência  
Socialista,  
presidente da  
Federação  
Democrática  
dos  
Metalúrgicos de  
Minas Gerais e  
integrante da  
Executiva  
Nacional da  
CUT

# Os novos desafios para fortalecer a Corrente Sindical Classista da CUT

Nivaldo Santana\*

**Nos dias 15, 16 e 17 de maio, em Guarapari (ES), a Corrente Sindical Classista da CUT realiza a sua plenária nacional. Como tendência cutista, a CSC discutirá sua estratégia de atuação e as suas formas organizativas. A pauta da plenária da CUT, marcada para julho, também será objeto de análise. Publicamos a seguir um artigo sobre a trajetória da Corrente Sindical Classista e sobre os seus novos desafios e perspectivas.**

A Corrente Sindical Classista (CSC) completou quatro anos de existência enquanto tendência nacionalmente estruturada no sindicalismo brasileiro. Originária de um processo de ruptura com a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), a CSC esteve, desde o seu início, na linha de frente em defesa de um sindicalismo revolucionário e no combate ao chamado "sindicalismo de resultados", criado pela dupla Magri/Medeiros. Estes dois agentes do patronato e da reação passaram a utilizar, a partir de 88, métodos fascistas no interior da CGT. Rasgaram seu programa e seu estatuto e desvirtuaram de tal forma a ação sindical daquela central, que centenas de sindicalistas decidiram romper com ela e estruturar a Corrente Sindical Classista.

Nesse processo, dirigentes da CGT de vários Estados convocaram para abril de 88 uma Plenária Nacional de Entidades Sindicais, que se realizou em Campinas (SP). Nela foi decidido criar a Corrente Sindical Classista da CGT - o que visava ainda disputar influência entre alguns setores que permaneciam na central e mostravam-se vacilantes. Essa denominação posteriormente evoluiu para Corrente Sindical Classista, consolidando o rompimento com a CGT.

A formação da CSC representou um salto de qualidade no sindicalismo brasileiro. Avançou para uma sistematização superior da concepção sindical revolucionária. "A CSC" - afirma a deliberação do seu 1º Congresso - "surge não para disputar espaço com as centrais sindicais exis-

tentes, mas para criar uma corrente de opinião organizada, que no movimento sindical objetivava combater o reformismo, seja de direita ou de 'esquerda', e inserir o movimento na luta pela emancipação política e social da classe operária e demais trabalhadores assalariados brasileiros".

**Formação da CSC representou um avanço da concepção sindical revolucionária**

Nesse mesmo Congresso, realizado no Rio de Janeiro nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro de 89, a CSC rompe oficialmente com a CGT e aprova "uma política de frente única prioritária com a CUT". Ela também define um plano de lutas para o período, estabelece metas organizativas e elege sua coordenação nacional. A aproximação com a CUT, que já ocorria nas lutas e eleições sindicais, também refletia a mudança de comportamento dessa central, que dava sinais de superação de sua visão sectária e partidarizada.

Um ano mais tarde é realizado o 2º Congresso da CSC, também no Rio de Janeiro, entre os dias 9 e 11 de março. Nele se faz um balanço político e sindical do país, particularmente da evolução de suas relações com a CUT. À luz dessa avaliação, os delegados aprovam a filiação dos sindicatos do campo da CSC à Central Única dos Trabalhadores. Também decidem pela constituição de "uma tendência no interior da central, com fisionomia política e organizativa própria, compromissada em acatar e encaminhar as resoluções aprovadas democraticamente nas instâncias da CUT". O 2º Congresso também aponta para a necessidade de "fortalecer a CUT, ampliando sua representatividade política e assegurando-lhe um perfil mais pluralista" e de "isolar e derrotar o sindicalismo reacionário e patronal, em particular o sindicalismo de resultados".

A partir desse congresso, a CSC inaugura uma nova etapa de sua atuação. Seguindo as resoluções aprovadas, deflagra-se em todo o país um processo massivo de filiações à CUT das entidades identificadas com as propostas da Corrente Classista. Esse processo foi simultâneo aos preparativos do 4º Congresso Nacional

da CUT. A CSC participa dos congressos regionais, estaduais e nacional de forma organizada, alcançando projeção - o que se materializou, por exemplo, na eleição de quatro representantes para a Executiva Nacional da CUT (três efetivos e um suplente).

Um balanço da trajetória da CSC no interior da CUT permite formular algumas considerações iniciais. Primeiramente, o saldo é positivo. A CSC é hoje reconhecida nacionalmente como uma importante corrente do sindicalismo brasileiro. Ela tem marcado sua presença combativa e independente nas principais lutas dos trabalhadores. Nesse período, a CSC aumentou sua influência no movimento sindical, ganhando a direção de várias entidades e aperfeiçoando seu trabalho. Atualmente os sindicalistas classistas estão presentes na maior parte das instâncias da central, exercendo cargos de direção com dinamismo e responsabilidade.

O ingresso da CSC na CUT deu maior consistência e densidade política à central, ampliando sua representatividade. A CSC também incorporou as experiências positivas das outras correntes internas, enriquecendo sua compreensão sobre a realidade sindical do país e sobre as diferentes proposições existentes em seu meio. Esse intercâmbio contribuiu para a superação de preconceitos e sectarismo, tornou mais madura as discussões políticas e possibilitou maior unidade de ação. Isso se configurou nas inúmeras greves (gerais e de categorias), nas eleições sindicais contra a Força Sindical e em importantes batalhas políticas, onde a CUT se colocou como uma peça chave de resistência ao projeto neoliberal do governo Collor de Mello.

**Ainda persistem debilidades políticas e organizativas que precisam ser superadas**

Apesar desses avanços, há também erros e insuficiências que devem ser tratados. Em diversas situações, ainda se detecta excessiva timidez na atuação da CSC no interior da CUT. Isto se expressa na não filiação de alguns sindicatos do campo classista, na negligência em cumprir determinadas exigências estatutárias, nas falhas no acompanhamento do calendário

de eventos da central, na substimação de algumas instâncias e, localizadamente, na diluição das nossas posições políticas, com prejuízo da nossa independência.

Outro ponto que ocasionalmente dificulta uma ação nacional unificada da CSC é uma certa lentidão no fluxo de informações e na realização de debates de questões novas e polêmicas. A causa maior dessa debilidade se encontra na precariedade de estrutura da CSC. Isso gera dificuldades na produção de materiais informativos periódicos, na promoção de um maior número de eventos de discussão, etc. A CSC ainda hoje não possui uma infraestrutura básica de funcionamento. Houve esforço para superar essas debilidades, mas ele ficou aquém do necessário e do possível.

**Um nó que precisa ser  
desafado é a questão da  
política de alianças**

Esses problemas reclamam solução urgente. Esse é o nosso desafio. A palavra-de-ordem que deve nos orientar no próximo período é seguinte: fortalecer a CUT, fortalecer a CSC. São duas questões que se complementam. Fortalecer a central ajuda a nossa corrente e vice-versa. A CSC precisa filiar todos os sindicatos à CUT, cumprir seus estatutos (como o pagamento pontual das mensalidades), participar ativamente e de forma planejada de todas as suas instâncias e fóruns. Além disso, é preciso estruturar a CSC em todos os níveis - núcleos por locais de trabalho, por categoria, nas estruturas verticais e horizontais da central, nas oposições sindicais, etc.

É necessário também dar a mais ampla publicidade às suas opiniões e propostas - sendo que a meta inicial é a publicação de um boletim periódico da coordenação nacional da CSC para unificar nossa atuação em todos os locais. É preciso ainda estruturar coordenações em todos os níveis, ter sedes ou pontos de referência, publicar documentos e panfletos, realizar reuniões sistemáticas para desobstruir os canais de informação e para pulsar os estágios das lutas e os problemas nas diferentes categorias pelo Brasil afora. A CSC precisa se credenciar para ser uma força ainda mais importante no interior da central, formulando propostas que vinculem as lutas imediatas, específicas, às mais gerais

— pela emancipação dos trabalhadores — e contribuindo para aproximar a CUT de uma orientação classista e revolucionária. Este esforço é parte integrante de um planejamento de maior fôlego, que persegue o objetivo de aumentar a inserção sindical da CSC, incorporando mais trabalhadores à sua linha combativa e ampliando sua influência no sindicalismo.

Para atingir esses objetivos, entretanto, é preciso desatar um nó decisivo - que é a definição da política de alianças no interior da central que façam avançar o combate ao governo e a seu projeto neoliberal. A política de alianças do sindicalismo classista deve contribuir para aprofundar a unidade da CUT, diminuir os tensionamentos originários do 4º Concut e evitar atitudes de imobilismo e de acirramento artificial das divergências internas. Nosso objetivo maior é fortalecer a central, tornando-a capaz de servir como instrumento de luta dos trabalhadores por sua emancipação social. Nesse sentido, é preciso avançar na compreensão das principais correntes cutistas, suas propostas, concepções e métodos de atuação.

No momento atual, a Articulação detém algo em torno de 50% da representação sindical da CUT, dirige importantes sindicatos e goza de importante inserção de massas. Porém, orienta sua política para uma posição centrista, caminhando cada vez mais para a defesa de um sindicalismo de tipo social-democrata, "participativo e propositivo", que abandona qualquer perspectiva de transformação revolucionária do sistema capitalista. Já os grupos à esquerda, como a *CUT pela Base*, *Convergência Socialista*, *O Trabalho*, *Força Socialista*, têm menos representatividade sindical e não abandonaram (cada uma com as suas peculiaridades) o discurso e a prática de viés vanguardista e voluntarista. Eles não constituem um bloco homogêneo, mas demarcam terreno com a política conciliadora da Articulação.

A equação não é simples de resolver. No 4º Concut, a CSC compôs uma chapa de oposição à Articulação na eleição para a nova direção da central. Entretanto, a evolução política parece mostrar que as alianças no interior da CUT devem obedecer critérios objetivos, claros e de acordo com a realidade concreta de cada situação. A formação de blocos de alianças permanentes, mais duradouros e gerais, ainda não é uma questão amadurecida. Este é um importante problema a ser aprofundado, mas foge aos objetivos deste artigo.

\* Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo e membro da Executiva Estadual da CUT

# Sindicalismo católico: do anticomunismo ao basismo e à divisão

José Carlos Ruy\*

Após dez edições da *Debate Sindical*, o autor concluí a série sobre a atuação das tendências no movimento operário brasileiro — publicando o segundo artigo a respeito da concepção cristã de sindicalismo. Esta série, que deverá em breve ser editada na forma de livro, foi um dos pontos altos da revista do CES - sendo utilizada em seminários e cursos de formação sindical em todo o país. Ela abordou a ação dos pelegos, anarquistas, reformistas, comunistas, trotsquistas e católicos - num amplo apanhado histórico e teórico.

A readaptação da Igreja brasileira às profundas transformações que a sociedade brasileira apresentou após a II Guerra Mundial foi lenta. A Igreja tentou manter o mesmo discurso anacrônico do passado no tratamento das questões sociais - e, principalmente, da questão operária. Aqueles anos marcaram, assim, o início de uma crise profunda na Igreja brasileira, provocada por um conflito que atravessaria as décadas seguintes, entre o velho tradicionalismo anti-comunista, e a necessidade de renovação, necessidade que suscitaria respostas que confluíram, depois, na chamada Igreja popular.

O anti-comunismo visceral era ainda a principal bandeira da Igreja no movimento operário. Em 1945, um documento dos bispos

brasileiros diz que é impossível resolver as desigualdades através da luta de classes. A razão disso é o pecado original, que instalou o egoísmo na alma humana. Só se pode vencê-lo, diziam, pela «ação da graça», da qual somente a Igreja católica «é depositária, guardiã e dispensadora».

Em consequência, a Igreja condenou o materialismo teórico, «filosofia confessa do comunismo ateu», e apoiou sem vacilar as forças políticas mais conservadoras. O cardeal Mota, de São Paulo, considerou um «triumfo do Brasil Católico» a cassação do Partido Comunista em 1947. Em abril de 1949, o cardeal do Rio apontava o perigo comunista, oculto - como dizia a Carta Pastoral - nos Congressos pró-Paz, nos

comitês femininos de bairros, "clubes humildes de rapazes de bairros", movimentos estudantis etc.

Os Círculos Operários, nessa época, transformaram-se na organização operária católica mais característica. Eles se espalharam por todo o país. Em Juiz de Fora, por exemplo, foi organizado em 1946, para neutralizar a ação dos comunistas - «sem resultados», diz a historiadora Maria Andrea Loyola. Em 1946, publicou um documento onde dizia que «o Círculo Operário é o maior inimigo dos comunistas». Em nossas reuniões, dizia, os operários «aprenderão a realidade: é preciso que haja patrões e é necessário que haja operários; não em luta de classes, mas em harmonia e paz. O operário deve ver no patrão o protetor, e não o opressor».

Idéias semelhantes foram registradas num livreto de 1964 da Federação dos Círculos Operários de São Paulo. "O sindicato colabora com os poderes públicos e as demais associações, no sentido do desenvolvimento da solidariedade social», escreveu seu autor, Frei Celso, capuchinho, assistente eclesiástico da Federação, e que foi importante articulador dos operários que apoiaram o golpe militar de 1964. Ele foi também o autor de outro livrinho, intitulado «Como combater os comunistas no sindicato».

Apesar de sua extensa organização em todo o país, no final dos anos 40 os Círculos Operários já não davam conta da tarefa de recuperar a influência da Igreja entre os trabalhadores. As necessidades eram novas, e maiores. Teve que enfrentar a concorrência de entidades como o SESI, o SENAI, o SESC, surgidos nos anos 40, para prestar serviços assistenciais e formar mão de obra, diz o estudioso Astor A. Diehl. Além disso, a assistência social pode ter trazido «para os quadros circulistas militantes dos sindicatos que não partilhavam da política ideológico-doutrinária da Igreja e do Estado». Finalmente, os Círculos Operários tinham dificuldade para entrar nos centros industrializados, e eram mais aceitos «nas áreas periféricas de industrialização recente, como o Rio Grande do Sul e os Estados do Nordeste».

Apesar dessas deficiências, contudo, os Círculos Operários foram um instrumento privilegiado para a ação católica conservadora no meio operário. Por isso, nos anos 60 tiveram amplo apoio do complexo IPES/IBAD, siglas do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e

Instituto Brasileiro de Ação Democrática, entidades de direita financiadas por empresários e por agentes do imperialismo para serem biombo da conspiração reacionária contra João Goulart. O IPES/IBAD apoiou e inspirou a ação política da Federação de Círculos de Trabalhadores Cristãos, de direita, dirigida pelo Padre Leopoldo Brentano, diz o historiador Rene Armand Dreifuss.

Federações desse tipo foram «estabelecidas em 17 estados e no começo dos anos 60 elas chegaram a ser 400, por todo o país, com cerca de 435 mil filiados». O Padre Leopoldo Brentano também ajudou os conspiradores a organizarem a Confederação Nacional dos Círculos Operários, que formava líderes e ativistas sindicais de direita. Congressos nacionais para os círculos também fizeram parte da conspiração, como o VII Congresso Nacional dos Círculos Operários, onde foi lançada a Escola de Líderes Operários (ELO), que tinha sedes em 12 capitais de Estado, e oferecia Cursos Populares para a Preparação Sindical, e Cursos Intensivos para a Formação de Líderes, que «preparavam o indivíduo para as contra-atividades de direita no combate à esquerda». A ELO, por sua vez, organizou o Movimento de Orientação Sindical (MOS), criado para agir diretamente no movimento sindical. Seu papel era semelhante ao Movimento Renovador Sindical (MRS), organizado em 1961 com amplo apoio do complexo IPES-IBAD. O IPES também apoiava a Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos que, mais tarde, fundiu-se com a Confederação dos Círculos Operários.

### Acirramento da luta gera contradições na Igreja durante a década de 60

O instrumento de organização operária católica para substituir os Círculos Operários surgiu em 1950, com a rearticulação da JOC - Juventude Operária Católica. Embora mais avançada que os Círculos, pois «não era negligente em relação aos problemas sociais», diz Scott Mainwaring, a JOC tinha a limitação de ainda propor, geralmente, «soluções religiosas para esses problemas. A ação política e social era secundária em relação as preocupações religiosas e era geralmente vista de forma moralista». Po-

rém, desde o começo, já se interessava pela luta sindical. Um documento de 1950 recomendava «para que os jovens trabalhadores, a começar pelos próprios jocistas, entrem para os sindicatos». Ao mesmo tempo, as publicações da JOC alertavam contra «os agitadores comunistas». Assim, nos anos 50, a JOC foi moderada politicamente, com uma atuação principalmente religiosa e associativa, evitando os movimentos populares e a atividade política.

Mas o crescimento da luta política no Brasil daqueles anos, a agudização da luta de classes, obrigaram os militantes católicos a tomarem partido. Os universitários católicos, na JUC, evoluíram rapidamente para posições críticas, progressistas, levando à fundação da AP (Ação Popular), em 1961, por militantes da esquerda universitária católica. Nesse ano surgiu também o MEB (Movimento de Educação de Base), cuja experiência seria muito usada nas décadas seguintes.

Em 1961 a JOC viveu mudanças importantes. Foram realizados três congressos importantes, entre eles o I Congresso Nacional dos Jovens Trabalhadores. Esse evento foi onde a JOC criticou o capitalismo pela primeira vez. «O capitalismo», dizem suas conclusões, «nas suas conseqüências e pela falta de respeito ao homem, é um mal tão condenável quanto o comunismo». O alcance dessa mudança, porém, não deve ser exagerado pois a JOC continuava fortemente religiosa.

**Setores da direita se aliam com os pelegos e apóiam o golpe militar**

O esforço de organização sindical contra os comunistas e os nacionalistas teve grande impulso em maio de 1961, quando militantes católicos dos Círculos Operários participaram da formação do Movimento Sindical Democrático (MSD), juntamente com antigos «pelegos», que estavam perdendo suas posições, e sindicalistas renovadores da «nova esquerda» não-comunista. O MSD lutava pelo pluralismo sindical, contra a estrutura sindical, e pela extinção gradual do imposto sindical. Apoiaram os conspiradores contra Goulart, e o golpe mili-

tar de março de 1964. Depois do golpe dos generais, os Círculos Operários forneceram muitos dos interventores nomeados para sindicatos cujas diretorias foram cassadas.

Em 1964, a intensa atividade sindical dos católicos estava irremediavelmente cindida em dois blocos. A direita era formada pelos Círculos Operários. Contra ela, um bloco progressista começava a se definir, formado pela JOC, pela Frente Nacional do Trabalho (fundada em 1960) e pela Ação Católica Operária (fundada em 1962). Em 1964, apenas a JOC teria 1,1 milhão de filiados em todo o país. Antes do golpe militar, ela havia apoiado firmemente a criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. A nova conjuntura política criada pela ditadura militar em 1964 acelerou a definição daquelas correntes. As mudanças que a Igreja vivia a nível internacional tiveram influência decisiva nesse quadro. O Concílio Vaticano II já havia apontado o caminho da realização do reino de Deus neste mundo, uma direção que seria seguida por enorme parcela do clero brasileiro que, por sua vez, influiria de forma também decisiva na modernização do clero latino-americano e na formulação da Teologia da Libertação.

A Igreja no Nordeste foi pioneira nas críticas radicais contra o regime. O choque, inevitável, eclodiu em 1966, quando a ACO e a JOC publicaram, no dia 13 de maio, com apoio da Regional Nordeste II da CNBB, o manifesto «Nordeste, desenvolvimento sem justiça», uma forte denuncia do regime e da situação da classe trabalhadora. O documento foi confiscado pela polícia e os bispos foram proibidos de publicá-lo. D. Helder Câmara, bispo de Recife, foi acusado de comunista e ameaçado de prisão.

Entretanto, nos primeiros anos da ditadura, os setores conservadores da cúpula da CNBB conseguiram calar os modernizadores, e apoiar o golpe militar. A base do movimento de massas católico, ao contrário, repudiou o novo regime, caracterizando-o claramente, num documento da JOC de setembro de 1964, como anti-popular.

Outro marco na radicalização dos progressistas foi o Concílio Nacional promovido pela JOC e pela ACO em Recife, em abril de 1968, onde pela primeira vez romperam com o capitalismo, pregando a luta pelo socialismo. Essas conclusões, as mais radicais até então adotadas

por qualquer movimento da Igreja, diz Mainwaring, foram reafirmadas em julho de 1969, numa resposta da JOC e da ACO aos bispos que questionaram o documento de abril de 1968.

Outra frente de atuação que se abria então para a Igreja foi a defesa dos direitos humanos. Naqueles anos, reiteradas vezes, autoridades da Igreja brasileira denunciaram as prisões ilegais, a tortura e o assassinato de adversários políticos da ditadura. Sob a repressão policial, a proteção da Igreja foi fundamental para que o movimento operário se mantivesse vivo e atuante. Em São Paulo, a oposição sindical metalúrgica começou a se organizar em 1967/1968, com apoio de entidades católicas como a JOC, a ACO, a Pastoral Operária, a FNT, formando a primeira chapa de oposição ao pelego Joaquim dos Santos Andrade, que dirigia o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e era acusado de ser ligado aos militares e aos organismos policiais da ditadura. A oposição metalúrgica também lutava contra a estrutura sindical oficial e defendia a organização pela base da classe operária, bandeiras tradicionais do movimento sindical católico.

A ideologia sindical que animava os militantes operários católicos e os grupos por eles influenciados, foi encarada por muitos como uma "novidade radical" nos anos 70, diz Celso Frederico. Essas idéias, porém, apenas atualizavam o mesmo ideário que, nos anos 40 e 50, opôs os católicos aos comunistas e trabalhistas no movimento operário. Em 1946, a Liga Eleitoral Católica já havia defendido, na Constituinte, junto com políticos reacionários, aqueles princípios, especialmente o pluralismo sindical. O «combate à influência comunista no movimento operário passava pela crítica da estrutura sindical (na qual o PCB consolidava a sua presença progressivamente). Daí que desde aquela época começa a crítica ao "sindicalismo de Estado", ao imposto sindical, a reivindicação do pluralismo sindical, ao elogio das organizações moleculares, etc», diz Celso Frederico. «Essas idéias ressurgiram com força nos anos 70. Sua única novidade, entretanto, é que, antes, elas se inseriam entre as forças políticas conservadoras que se encontravam a margem da (e muitas vezes contra) frente popular e, agora, elas serviram de referencial para segmentos da esquerda em luta contra a ditadura militar».

Para a «nova esquerda», essas idéias tinham a atração adicional de seu forte anti-leninismo. Além disso, outro atrativo para a «nova esquerda» era a «ênfase no trabalho de base proposto pela Igreja», que «implica uma crítica direta à tradição leninista que afirmava a necessidade de uma vanguarda, de um destacamento avançado para centralizar e dirigir as lutas operárias. No limite, o **basismo** expressa a negação do partido político e da própria teoria revolucionária». Idéias como essas transpareceram também na atuação FNT e ACO na greve de 1968, em Osasco, onde tiveram papel destacado. Os militantes católicos eram atraídos principalmente pela organização de base nas fábricas, que ficou como uma espécie de símbolo daquela greve, diz Eder Sader.

As profundas mudanças promovidas pelo Celam (Conselho Episcopal Latino Americano) em Medellin, em 1968 (confirmadas em Puebla, em 1979), que recomendavam a opção preferencial pelos pobres, fundamentavam a atuação dos progressistas da Igreja brasileira. Um dos resultados mais visíveis das mudanças promovidas em Medellin foram as comunidades eclesiais de base, que proliferaram nas grandes cidades brasileiras a partir de meados dos anos 60, como importantes instrumentos de organização e mobilização. Calcula-se que, no auge do movimento, no final dos anos 70, seu número chegou a atingir entre 50 a 100 mil CEBs, em todo o país, envolvendo mais de 2 milhões de filiados.

### Violência da ditadura esbarra na ação em favor dos "direitos humanos"

A união dos militantes católicos com os ativistas de esquerda colocou a JOC e a ACO entre os principais alvos da repressão policial, reflexo das mudanças profundas que aqueles movimentos viviam. De seus quadros saíam importantes lideranças populares, cujas críticas contra o regime eram cada vez mais agudas, e cujo compromisso com o socialismo era cada vez mais acentuado. O clero progressista foi posto também entre os adversários mais visados da ditadura militar. No início de seu governo, em março de 1974, o general Ernesto



A greve dos metalúrgicos de São Bernardo contou com o apoio da Igreja

Geisel determinou uma investigação sobre a Igreja, que concluiu ser o clero o «mais atuante dos inimigos que atentam contra a segurança nacional, promovendo, através de processos nitidamente subversivos, a substituição da estrutura político-social-econômica brasileira por uma nova ordem, em tudo semelhante à filosofia marxista». Sua neutralização, dizia, «é fundamental para a sobrevivência da Revolução de março de 1964».

As forças da repressão não descuidavam desse alvo. Em 1974, uma série de prisões de militantes católicos, ou de militantes sindicais abrigados nas organizações católicas, praticamente desarticulou a oposição sindical em São Paulo, mas não conseguiu deter as mobilizações que cresciam nas fábricas, baseadas em pequenos grupos de operários. A oposição sindical metalúrgica só voltou a "sair das catacumbas" em 1977. A repressão policial atingiu indistintamente sacerdotes, agentes pastorais, bispos. Cerca de 30 bispos foram atingidos, e número muito maior de clérigos comandados por eles. Muitos foram assassinados. Bispos como D. Helder Câmara, D. Pedro Casaldaliga,

D. Paulo Evaristo Arns, D. Adriano Hipólito, D. Candido Padim, D. José Maria Pires, D. Tomas Balduino, eram execrados pelas autoridades da ditadura.

O confronto entre as autoridades religiosas e seculares cresceu nos anos 70 e início dos anos 80. Em 1977 a CNBB, no documento *Exigências Cristãs para uma Ordem Política*, criticou duramente a ideologia de segurança nacional, reivindicando a participação do povo nas grandes decisões nacionais. Entre os direitos essenciais reclamados estava o «direito de auto-organização das instituições, como os partidos, os sindicatos e as universidades». Em 1980, o governo militar pressionou o Vaticano para que D. Arns fosse afastado da arquidiocese de São Paulo, devido a seu apoio à greve dos metalúrgicos. Nesse mesmo ano, numa entrevista à televisão, o presidente da CNBB, D. Aloísio Lorscheider, disse que o «regime é pecaminoso», referindo-se à ditadura militar brasileira.

Entretanto, os militares e a elite conservadora tinham fortes aliados na alta hierarquia eclesial. A direita delatora do clero foi

particularmente ativa durante a ditadura. Dom Adalberto Paulo da Silva, bispo de Viana, Maranhão, por exemplo, denunciou ao SNI padres, freiras e leigos que atuavam na defesa dos lavradores. Em 1977, D. Geraldo Proença Sigaud, bispo de Diamantina, Minas Gerais, elaborou um detalhado — e fantasioso — relatório, enviado ao Núncio Apostólico, a bispos e a chefes militares, denunciando a «infiltração comunista» na Igreja, e a «opção pelo comunismo» de grande número de bispos brasileiros.

Quando o movimento operário brasileiro atingiu novo patamar, na onda de greves iniciada em 1978 os militantes católicos tiveram papel destacado na reorganização do movimento, no afastamento das diretorias pelegas dos sindicatos e, principalmente, na articulação do Partido dos Trabalhadores. Um marco foram as greves de metalúrgicos de 1979 em São Paulo. Na greve do ABC daquele ano, o bispo D. Claudio Hummes orientou as igrejas de sua diocese para que se transformassem em postos de arrecadação do fundo de greve; atendeu a apelo dos dirigentes operários, e compareceu aos portões da Volkswagen, em São Bernardo, para tentar convencer os policiais a não reprimir os trabalhadores que faziam piquetes; além disso, o bispo participou — e falou — em assembleias operárias.

Na greve da capital, o auge da tensão ocorreu depois que Santo Dias da Silva, dirigente da Pastoral Operária e amigo pessoal de D. Paulo Evaristo Arns, foi assassinado pela repressão. A polícia invadiu as cinco subseções do sindicato dos metalúrgicos, e os líderes da greve passaram então a se reunir nas Igrejas. A polícia, em represália, invadiu — e profanou — a igreja de Capela do Socorro, na zona sul da cidade. O apoio da Igreja progressista a movimentos grevistas repetiu-se — e aprofundou-se — na greve do ABC, de 1980. Dom Arns e Dom Claudio colocaram toda a estrutura da igreja nesse apoio, e a CNBB não só reconheceu a legitimidade da greve, como também exigiu o direito dos trabalhadores de participar «das decisões que atingem diretamente sua vida, seu trabalho, sua família».

A reação dos setores tradicionalistas da Igreja contra esse envolvimento encontrou um forte aliado no Papa João Paulo II que, desde sua ascensão, passou a dirigir uma flexão fortemente conservadora nos rumos da Igreja. Em 1980, João Paulo II exigiu de D. Arns explica-

ções sobre sua atuação na greve dos metalúrgicos. Em 1981, o papa advertiu os bispos brasileiros contra o que considerava excessiva politização de alguns bispos. Desde então, as pressões do Vaticano sobre a Igreja progressista têm aumentado, criando dificuldades crescentes para sua atuação.

### **Progressistas atuam em conjunto com a esquerda e sofrem forte repressão**

A aproximação entre militantes da oposição sindical, de movimentos de base, e lideranças católicas, acelerou-se com as greves. Um importante encontro de líderes de pastorais operárias, de movimentos populares, de comunidades eclesiais de base, oposições sindicais, e ativistas ligados às novas diretorias sindicais «autênticas» ocorreu no Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Minas Gerais, em fevereiro de 1980, onde foram estabelecidos «alguns princípios básicos ligados à luta pela "democratização da estrutura sindical", tais como a CLT e sua substituição por um Código de Trabalho», diz Leôncio Martins Rodrigues. Aquela reunião lançou também o «embrião de uma futura organização intersindical», que provavelmente agruparia «sindicatos urbanos e rurais e associações ligadas aos movimentos sociais da Igreja». Aquelas mesmas forças voltaram a reunir-se em julho de 1980, em Taboão da Serra, São Paulo, e em junho de 1981, em Vitória, Espírito Santo. Mais tarde, essas forças formaram a ANAMPOS (oficialmente, IV Encontro Nacional da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais), cuja reunião ocorreu em Goiânia, em junho de 1982. Em 1983, esse movimento culminou na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o apoio da imensa maioria dos militantes sindicais católicos.

As greves operárias do final dos anos 70, e especialmente a greve do ABC de 1980, arrombaram o rígido controle que a ditadura mantinha sobre o movimento operário. Nesse momento, começou a se desfazer a aliança entre os comunistas com os sindicalistas católicos. Os novos padrões de aliança no movimento sindical seriam cada vez mais dirigidos pelas concepções de fundo das políticas

sobre o movimento operário e a luta política. Uma análise, baseada no noticiário da imprensa independente, do comportamento das forças políticas em 80 das mais importantes eleições sindicais realizadas entre julho de 1980 e agosto de 1981, em 13 estados brasileiros, demonstrou esse novo padrão de alianças. Os sindicalistas ligados à Igreja aliaram-se, quase sempre, ao PT. Com a volta da normalidade democrática, o guarda-chuva da igreja contra a repressão parecia desnecessário nas cidades.

Hoje, mais de uma década depois das grandes greves operárias que forçaram uma definição clara das posições políticas das correntes que atuam no movimento popular e operário, a liderança católica parece num impasse. O choque entre as correntes progressista e conservadora continua — nenhuma das alas parece ter força suficiente para impor-se. Os conservadores tem, agora, o apoio incondicional do papa e da hierarquia do Vaticano; entretanto, chocam-se com as bases leigas da Igreja, que apóiam a ala progressista. Os grandes protestos que se seguiram ao fechamento pelo Papa do seminário de Recife, e o repúdio contra o sucessor bispo conservador de D. Helder Câmara pelos militantes da Ação Católica Operária pernambucana, ilustram esse dilema. Os setores tradicionalistas, apoiando-se na orientação papal, pregam a despolitização do movimento operário. Reconhecem a legitimidade de sua ação apenas nos limites estreitos do sistema capitalista. Como o papa, consideram que o marxismo é «uma das formas do pecado».

**Vaticano diz que "marxismo é pecado" e a Igreja vive um novo grande impasse**

Na encíclica *Laborem Exercens*, de setembro de 1981, João Paulo II reafirmou a doutrina social tradicional da igreja. Para ele, os sindicatos não são «apenas o reflexo de uma luta de classes que inevitavelmente governa a vida social», mas sim «expôntes da luta pela justiça social, pelos justos direitos dos homens do trabalho». Essa luta deve ser «compreendida

como um empenho normal das pessoas "em prol" do justo bem». Reafirmando as velhas teses de harmonia entre o capital e o trabalho, o papa diz que «as exigências sindicais não podem transformar-se numa espécie de "egoísmo" de grupo ou de classes, embora possam e devam também tender para corrigir — no que respeita ao bem comum da sociedade inteira, — tudo aquilo que é defeituoso no sistema de propriedade dos meios de produção ou no modo de gerir e dispor deles».

Outra ala, mais radical, de católicos ligados ao movimento popular, vê a questão sob ótica diametralmente oposta, ilustrada pelo número 68 dos Cadernos Pastorais da Regional Nordeste II da CNBB, publicado no início de 1988. Aparentemente, essa ala concorda com aqueles que dizem que a «Igreja não pode conquistar o poder». Entretanto, a divergência essencial aparece logo. Quem vai conquistar o poder, diz o documento, «é o Movimento Popular, através dos Partidos», apoiado por militantes católicos. Para isso, deve enfrentar algumas questões essenciais, entre elas a questão do partido. Para resolvê-la, inspira-se em Lênin, que diz - «é o grande teórico do partido». «O partido supõe consenso. Supõe que todos estão de acordo. Consenso quanto à ideologia, quanto ao método, à estratégia e ao projeto de sociedade».

Outro ponto importante destacado nesse documento é a questão da teoria. Para os autores do documento, a "teoria elaborada por Marx é a que vem, até o momento, respondendo às questões do nosso tempo". "Como é que a sociedade fabrica pobres? A fé não explica isso". "Marx descobre que todo salário é injusto. O trabalhador é sempre expropriado do fruto do seu trabalho. A questão é lutar pelo fim da exploração e não pelo salário justo."

O papa considera o marxismo um pecado. Alguns agentes pastorais veem no marxismo a teoria que iluminará a conquista de um novo mundo — este parece o retrato da realidade esquifrenica em que vivem os fiéis da Igreja. Obter a salvação da alma, pela fé e pela graça, ou construir o reino de Deus neste mundo, combatendo as injustiças como pecados que devem ser eliminados — este é o enigma que os militantes católicos devem decifrar.

\* Jornalista. Trabalhou nos jornais Movimento e Retrato do Brasil

# Assine a revista "Debate Sindical"

Faça hoje mesmo a sua assinatura da revista Debate Sindical. Ela custa apenas Cr\$ 24.000,00 e você recebe em sua casa ou na sede do seu sindicato uma publicação especializada no estudo das questões sindicais. Uma revista de análise, de polêmica e de intercâmbio de experiência. A assinatura dá direito a você receber quatro edições da Debate Sindical

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: ..... Estado: .....  
Telefone: ..... CEP: .....  
Sindicato a que pertence: ..... Cargo: .....  
Data da assinatura: .....

Preencha os dados e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal (valor de Cr\$ 24.000,00) em nome do Centro de Estudos Sindicais (CES), para a Editora Anita Garibaldi, Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320 - São Paulo

Écran Arte  
Editoração Eletrônica

Atendimento personalizado  
Serviço de coleta e entrega

Rua Goitacás, 58 - Conj. 11 - Pacaembu  
São Paulo - SP - Tel.: 825-7442

# **FILIE-SE AO CES**

O Centro de Estudos Sindicais nasceu em abril de 1985. Seu principal objetivo é o de contribuir para avanço do sindicalismo brasileiro. O CES não tem fins lucrativos. Ele é sustentado através das mensalidades das entidades sindicais filiadas, da taxa de inscrição dos cursos de formação e da venda de seus materiais impressos. Ele também conta com a colaboração voluntária de sindicalistas e estudiosos do tema.

Entre as atividades promovidas pelo CES destacam-se:

- 1 — Edição da revista *Debate Sindical* — uma publicação de análise, polêmica e intercâmbio de experiências;
- 2 — Promoção de cursos sobre a história do movimento sindical, organização dos assalariados nos locais de trabalho, concepções e práticas sindicais, etc ;
- 3 — Realização de estudos sobre questões atuais do sindicalismo, tais como estrutura sindical, estatutos, comissões de fábrica, legislação trabalhista, etc;
- 4 — Publicação de cadernos com análises e propostas para o conjunto do movimento sindical.

**Entre em contato com o CES. Ajude a manter uma entidade voltada para o fortalecimento do sindicalismo brasileiro.**